



Universidade Estadual de Campinas



1290003869

TCC/UNICAMP
OL4p

1290003869/FE

Políticas Públicas do Terceiro Setor: Escolas, ONGs e Empresas - atuações na região de Campinas

Três Setores

Estado

Mercado

Terceiro
Setor

Wisllayne Ivellyze de Oliveira – RA 036605

Prof. Dr. Vicente Rodriguez

2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

218606000

Políticas Públicas do Terceiro Setor: Escolas, ONGs e Empresas - atuações na região de Campinas

Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob
a supervisão do Profº Drº Vicente Rodríguez

Wisllayne Ivellyze de Oliveira – RA 036605

2008

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	FE/UNICAMP
GLU:	8
V:	EX:
TOMBO:	3869
PROC:	148/09
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	02/04/09
Nº CPD:	

Cod tit 437165

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

OL4p

Oliveira, Wislayne Ivellyze de

Políticas públicas do Terceiro Setor: Escolas, ONGs e Empresas - atuações na região de Campinas/ Wislayne Ivellyze de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Vicente Rodriguez.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Empresas. 2. Terceiro setor. 3. Escolas. 4. Organizações não governamentais. 5. Público e privado em educação. I. Rodriguez, Vicente. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-555-BFE

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me permitido tal experiência, depois aos meus Pais, pessoas extremamente importantes nessa caminhada, pois sempre me apoiaram de todas formas possíveis, com muito amor.

Agradeço ao meu orientador, Vicente Rodriguez, que me orientou com dedicação, paciência e acima de tudo com muito respeito pelo meu trabalho.

Aos professores que passaram pela minha vida, aos companheiros de faculdade e trabalho que lutam comigo por uma educação melhor.

E por último, porém não menos importante, agradeço a todos os amigos e namorado que me escutaram e me compreenderam. Agradeço a amiga Ana Lúcia por toda atenção oferecida ao meu trabalho.

*“Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo. Por isso,
aprendemos sempre.” (Paulo Freire, 1989, p. 39
2001, 3ed : 96)*

Resumo

A educação vive a discussão clássica entre o mercado e o estado, afinal dentro de um novo momento social, no qual vemos a proposta neoliberal ganhar espaço, a educação deve ser um produto? Ou, ainda é de responsabilidade do estado? O neoliberalismo propõe um estado mínimo responsável apenas pelos serviços essenciais no qual o mercado “levanta” as formas de regulação com base na demanda e na oferta. Dentro desta discussão é importante ressaltar os fatores históricos e as mudanças mundiais que vêm influenciando nas políticas públicas de educação.

Esse trabalho nasceu da vontade de estudar as relações entre o modelo público estatal e o não estatal. Isto é, entender melhor como se dão as relações entre as organizações governamentais e não governamentais. Como estabelecem parcerias e como se dão as suas relações práticas. E ainda quais os critérios e acordos estabelecidos entre eles. Esse tema surgiu em função de minha atuação como Educadora em uma ONG – Comitê para Democratização da Informática que possui muitas relações e parcerias com empresas e órgãos públicos.

A pesquisa também visa identificar nas leis como está a regulação para as Fundações, Associações, ONGs (organizações não governamentais) e OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público) e suas práticas. Quais são as leis? Como elas funcionam? Quais descontos nas tributações elas têm? E também qual é a regulação para as empresas que querem colaborar e tornarem-se empresas de responsabilidade social. O que elas ganham? Que tributos deixam de pagar com as doações? Qual o conceito de empresa de responsabilidade social?

Foram analisadas as relações entre os personagens: EMPRESA (BOSCH) – ONG (CDI – Comitê para Democratização da Informática e CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular) – ESCOLA (E.E. Álvaro Cotomacci) na realidade da região do Campo Grande em Campinas. Esta escola foi escolhida pela empresa após uma pesquisa que identificou que vários funcionários são moradores de seu entorno e por estar localizada numa região muito pobre que agrega vários índices de violência, tráfico e consumo de drogas.

Sumário

1- Introdução	6
2- O Terceiro setor e uma Análise Sociológica	11
3- Terceiro setor no Brasil hoje	20
3.1 - Regulação do Terceiro Setor	20
3.2 – Empresas de Responsabilidade Social: Que conceito é esse?	29
3.3- História das ONGs em Campinas – O Papel da FEAC	36
4- A Escola, ONGs e a Empresa em ação	41
4.1- A Escola	41
4.2- As ONGs	45
4.3- O Instituto Robert Bosch	54
4.4- Relacionamentos entre os Atores	60
5- Considerações Finais	65
6- Referencias Bibliográficas	70

1- Introdução

Este trabalho nasceu da vontade de estudar as relações entre o modelo público estatal e não estatal. Isto é, entender melhor como se dão as relações entre as organizações governamentais e não governamentais. Como estabelecem parcerias e como se dão as suas relações práticas. Quais os critérios e acordos estabelecidos entre eles. Esse tema surgiu em função da minha atuação como Educadora em uma ONG que estabelece muitas relações com empresas e órgãos públicos o CDI - Comitê para Democratização da Informática Campinas.

A partir dessa experiência comecei a observar melhor essas relações no tripé Empresa, Ong e Escola. Inicialmente surgiram alguns questionamentos: **Como se dão as relações políticas entre órgãos governamentais e não governamentais? Como se dão as relações pedagógicas? Existem conflitos entre a educação vista por espaços públicos estatais (ex: escola) e a educação proposta pelos projetos sócias das ONGs? Qual é aceitação dos professores, coordenadores e diretores? Qual a aceitação dos alunos? E a comunidade não escolar como vê essas intervenções?**

Partindo dessas indagações iniciais surgiram outras perguntas. Porque essas relações estão acontecendo? Desde quando elas acontecem? Como o neoliberalismo influencia nessas parcerias? Quais os resultados dessas parcerias? Com essas e outras perguntas iniciou-se a pesquisa observando as relações do Terceiro Setor em uma análise sociológica, isto é, quando nasce o Terceiro Setor, dentro de que contexto social surgiu e quais os atores que estão envolvidos neste tema.

Então, foi-se feito um levantamento bibliográfico dos principais autores que discutem o tema, tendo as seguintes palavras chaves: empresa, educação, Terceiro Setor, ONG, educação e educação não formal. Pesquisou-se educação não formal, porque o Terceiro Setor atua em muitos tipos de trabalhos sociais e, neste TCC, pretende-se abordar o tema da educação e, por isso, investigar também a educação não formal, porque é neste conceito de educação que muitos trabalhos sociais se enquadram.

Dentro deste tema é importante ressaltar os fatos históricos e as mudanças mundiais influenciando nas políticas públicas de educação. Neste Trabalho de Conclusão de Curso quis-se levantar alguns desses pontos relevantes para a discussão proposta. Pois, são muito claras todas as mudanças no sistema e nas formas de regular o estado. A educação vive essa discussão clássica entre o mercado e o estado, afinal

dentro de um novo momento social, no qual se vê a proposta neoliberal ganhar espaço, a educação deve ser um produto? Ou, ainda é de responsabilidade do estado?

O neoliberalismo propõe um estado mínimo, no qual o governo é responsável apenas pelos serviços essenciais e o mercado “levanta” as formas de regulação com base na demanda e na oferta. Essas práticas são cada dia mais efetivas dentro do capitalismo global produzindo uma instabilidade econômica, política e social nos países do terceiro mundo. No Brasil, assim como em outros países, ocorre o nascimento e crescimento do Terceiro Setor que, por sua vez, coexiste com dois outros setores: Primeiro Setor, representado pelo governo, cumprindo esta uma função administrativa dos bens públicos, correspondendo assim às ações do estado com fins públicos, tanto no âmbito municipal, estadual como federal, e o Segundo Setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Pretende-se nesse estudo aprofundar nos conceitos de Terceiro Setor, pois, sendo este um conceito novo, existem várias opiniões. O conceito mais aceito e o qual se vai discutir é o de que o Terceiro Setor¹ é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de Third Sector, um vocábulo muito utilizado nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o Primeiro Setor e o Segundo.

No histórico do Terceiro Setor observou-se que as práticas das iniciativas privadas sobre as escolas da rede pública se deram entre os anos 80 e 90 no Brasil. Essas iniciativas e outras mudanças na forma de organizar o estado estão vinculadas e são advindas também da globalização e neoliberalismo. Percebemos fortemente tais mudanças, também nas esferas de produção que vai impactar na educação, pois é preciso que alguém forme a mão de obra necessária a partir dessas mudanças mundiais. Dentro desse contexto histórico temos as escolas e outros equipamentos sociais que passam a receber financiamentos privados sob um caráter público e foram esses encaminhamentos que desencadearam o movimento que trouxe o Terceiro Setor para as grandes discussões desde a década de 90.

Pesquisou-se alguns sites que trazem investigações sobre atuações no Terceiro Setor. São mapeamentos de práticas sociais e ou comunitárias patrocinadas e ou gerenciadas pela iniciativa privada com intersecções com políticas governamentais

¹ WIKIPEDIA, Enciclopédia Digital - <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

através de critérios como público alvo, recursos investidos, justificativas apresentadas, tempo de atuação e tipo de atuação (setorial, temática, e ou localizada/comunitária).

Após essa análise, buscou-se entender como está a regulação, isto é, as leis para o Terceiro Setor no Brasil. Portanto, foi identificado nas leis como está a regulação para as Fundações, Associações, ONGs (Organizações Não Governamental) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e suas práticas. Quais são as leis? Como elas funcionam? Quais descontos nas tributações elas têm? E também qual é a regulação para as empresas que querem colaborar e tornarem-se empresas de responsabilidade social. O que elas ganham? Que tributos deixam de pagar com as doações? Qual o conceito de empresa de responsabilidade social?

No final do segundo capítulo faz-se um pequeno levantamento histórico das ONGs em Campinas. A história de Campinas no Terceiro Setor é marcada fortemente pela FEAC (Federações das Entidades Assistências de Campinas) que no livro “*FEAC, Biografia de um pacto social, 40 anos de integração, apoio e solidariedade*” organizado por José Pedro Soares Martins mostra algumas iniciativas sociais e algumas atividades de entidades de Campinas, desde a década de 90. O Livro conta um pouco da história dessas iniciativas e como elas se deram. A FEAC foi uma das pioneiras em estabelecer relações públicas privada na região de Campinas. O primeiro projeto a ser destacado é o *Campinas pela Educação – Todo Mundo na Escola* no início da década de 90 com as palavras chaves: ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança na escola e envolvimento de empresas e governo.

No último capítulo deste trabalho foram destacados o CDI, CEDAP, Escola Estadual Álvaro Cotomacci e Instituto Robert Bosch. O CDI (Comitê para Democratização da Informática), uma ONG sem fins lucrativos que, desde 2000, com outros CDIs regionais no Brasil e exterior, desenvolve o trabalho de promover a inclusão digital visando à inclusão social. Reconhecida e premiada internacionalmente por organizações como ONU, Unesco e BID, o CDI Campinas cria e acompanha EICs (Escolas de Informática para Cidadania) que visam estimular a cidadania ativa e o empreendedorismo nos segmentos menos favorecidos da sociedade para a transformação de sua realidade.

O CDI em parceria com o Instituto Robert Bosch, dentro da Empresa Bosch Freios, sede de Campinas, abriu uma EIC dentro da realidade da escola. A escola buscou a parceira através de um projeto escrito para o CDI buscando otimizar seu laboratório de informática, visto que este se encontrava parado por falta de

gerenciamento e formação de pessoas para estar no espaço. A empresa Bosch parceira do CDI Campinas há 4 anos no investimento em EICs em escolas da região do Campo Grande, entrou com o financiamento de formação de educadores, pagamento do salário do educador e o CDI para gerir o espaço.

O outro projeto em destaque é o CEDAP, que também recebe financiamento da Empresa Bosch para atuar em escolas públicas na região do Campo Grande. O CEDAP, Centro de Educação e Assessoria Popular - é uma organização civil, sem fins econômicos, fundada há 18 anos com o propósito de apoiar e assessorar os movimentos populares e lideranças comunitárias de Campinas e região. Consolidou-se como centro de referência na formação de lideranças para o trabalho comunitário e social em bairros periféricos e no trabalho com a juventude, que visa à prevenção aos riscos sociais, principalmente à AIDS, à gravidez na adolescência e às drogas. Dentro da escola desenvolve os programas: *Saúde e Cidadania* e *Juventude e Cidadania* realizando oficinas juntamente com os alunos da escola.

A Escola Estadual Professor Álvaro Cotomacci, está localizada no Jardim Novo Maracanã, região do Campo Grande, noroeste de Campinas. Esta é uma região muito pobre que agrega vários índices de violência, tráfico e consumo de drogas. A escola tem uma realidade atípica da maioria das escolas públicas de Campinas e está bem relacionada com os outros equipamentos da região. A diretora juntamente com o corpo docente e funcionários da unidade escolar, em 2004, fez uma pesquisa socioeconômica no bairro levantando muito aspectos relevantes da realidade dos alunos que freqüentam a escola.

Além disso, e o porquê esta escola chamou muito atenção para este trabalho foi a disponibilidade que ela tem para receber investimento privado e por agregar os dois projetos citados e também algumas atividades com a fundação Educar DPaschoal, Escola da Família e um número relevante de voluntários. Escolheu-se essa escola por agregar essas especificidades permitindo à pesquisa entender porque a escola fez essas escolhas, quais os problemas encontrados e os resultados de tantos investimentos privados.

A principal metodologia utilizada foi a realização de um levantamento bibliográfico dos principais autores que discutem o tema com as palavras chaves: empresa, educação, terceiro setor, ONG, educação e educação não formal. Entrevistou-se personagens envolvidos dentro das três áreas da relação ONG, Escola e Empresa,

além de participações em reuniões de integração nos locais de ação dos projetos, ONG e empresa.

2- O Terceiro Setor e uma Análise Sociológica

Para dar início à discussão sobre o Terceiro Setor de uma forma mais sociológica é importante situar o período histórico do nascimento desse movimento que é entre os anos 80 e 90 em um cenário mundial de fim da Guerra Fria e de grandes influências dos Estados Unidos nas políticas de vários países, principalmente na América Latina. Merecem destaque também os vários órgãos mundiais (FMI e Banco Mundial) de financiamentos que começam a voltar sua atenção para os países subdesenvolvidos a fim de influenciar principalmente nas políticas sociais.

“Na década de 80 e no início da década de 90, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época da entre-guerras, que a era do ouro parecia ter eliminado: desempregos em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular sem teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas e despesas limitadas de estado.”
HOBSBAWM ²

Essa contextualização histórica faz-se importante para sinalizar as raízes dos acontecimentos atuais na sociedade. No início da década de 80 observa-se o começo do neoliberalismo principalmente nos EUA e Inglaterra propondo um estado que atua de modo contido e pontual, baseado na lei do mercado de oferta e demanda em oposição a idéia de um estado positivo, Keynesiano, interventor nos setores econômicos e sociais. Essa nova forma de governo é o que chamamos de estado- mínimo contrário ao estado de bem-estar social. A influência dessas políticas neoliberais resultou numa dependência financeira dos programas internacionais de financiamento que emprestam dinheiro aos países em dificuldade em troca de rígidas políticas econômicas. É importante ressaltar que todas essas mudanças refletiram muito na esfera do trabalho e modo de produção, alterando as políticas sociais e principalmente da educação.

A Educação associada ao mundo do trabalho, a construção de um mercado consumidor mais qualificado e extenso, o uso do tempo livre - lógica Taylorista que vigora até hoje em todos os sentidos: educação, lazer, trabalho - HELOANI (2007) - e a necessidade de formação permanente que esteve em pauta na literatura acadêmica, empresarial e na imprensa em geral durante o final dos anos 80 início dos 90, mostram o

² Citação do livro *Gestão e Organização no Capitalismo – História de Manipulação Psicológica no mundo do trabalho* - HELOANI, José Roberto – 2007 – pág 99

quanto esse foi um período, no qual as mudanças no mundo do trabalho forçaram novos objetivos educacionais, os quais devem atender uma demanda do mercado que agora precisa de mão de obra minimamente especializada para trabalhar nas indústrias que chegam ao país nesse momento. Um importante exemplo é o sistema S de ensino (SESI, SENAI, SENAC), ainda, que sem consenso a respeito do caráter qualificante / desqualificante de processos de trabalho, nos quais a informática está presente, a idéia de uma educação básica de qualidade com conteúdos universalistas foi associada tanto ao consumo, à produção quanto ao gerenciamento do tempo livre e como sempre à cidadania.

Em termos ideológicos, o Terceiro Setor, poderia ser definido dentro do campo da social-democracia, pois pretende tornar o capitalismo mais humano. Os seus membros se entendem mais como gestores sociais (profissionais) do que como militantes (categoria mais vinculada ao conceito de sociedade civil de Gramsci). Para FERNANDES (1994) a dimensão global deste fenômeno e seu potencial como fator de democratização da ordem internacional estão associados a participação dos cidadãos em uma ordem mundial, por isso o autor cita como um fato importante a criação do Civicus – Aliança Mundial para Participação dos Cidadãos- que foi lançada em 1993 com apoio de importantes órgãos do Terceiro Setor da America do Norte. O autor levanta alguns pontos sobre o público e o privado, no qual faz um diagnóstico das ONGs na America Latina e ressalta que a geração de recursos para esses projetos são possíveis se as ações das organizações forem coniventes e determinadas.

Nesta mesma idéia seguiu-se a discussão de que o Terceiro Setor vive a polarização do pensamento ideológico, no qual de um lado estão os mercadocentristas e de outro lado os estadocentristas, FRANCO (1999)³, tal contraposição segundo autor, não tem sentido, pois o mesmo defende uma interação construtiva entre essas instâncias, na qual surge uma nova esfera pública não-estatal afim de mediar a relação entre estado e mercado. BRESSER (1999) completa a discussão propondo a existência de 4 esferas dentro do capitalismo contemporâneo:

A propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa, e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito

³ A REFORMA DO ESTADO E O TERCEIRO SETOR. In: Sociedade e Estado em transformação, 1999, pág. 278.

privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado.

Apesar dos autores fazerem alusão a uma forma de estado/sociedade, na qual a grande solução para os problemas seria a inserção do capital privado, há um porém: o de que o direito de todos deve ser provido pelo governo, como por exemplo a educação. Se existir uma abertura ainda maior do estado do que a já existente teríamos um equilíbrio dos três setores. Porém, sabe-se que isso já vem acontecendo, no entanto os problemas sociais seguem agravando-se seguidos de uma grande desigualdade social. Ao longo dos anos muitos trabalhos de ONGs e Movimentos Sociais foram confundidos e desviados para outras formas de atuação como as de substituição do papel do estado.

Estudos do Banco Mundial tendem a subdividir o campo de atuação das ONGs em quatro grandes áreas: assistência e bem estar, desenvolvimento de recursos humanos, capacitação/militância política, e políticas de amparo ou proteção. GOHN (2003), considera que estas duas últimas categorias não se subdividem, pois as ONGs de defesa dos direitos também desenvolvem uma militância política que não é partidária. Dessa forma, os trabalhos das ONGs que estão voltados para o resgate e construção da cidadania, como as duas primeiras categorias, também podem ser classificados como de militância política e de defesa e amparo de direitos.

MARTINS (2003) ressalta no livro da FEAC que esse é um período em que o país passou por crises graves no social, no qual a cidadania não é direito e sim privilégio de alguns, dessa forma as empresas, projetos sociais, ONGs e fundações cresceram e passaram a agir no social. Em contrapartida as políticas sociais cada vez menos atuam no que gerou um espaço importante na sociedade para os movimentos sociais de base e o Terceiro Setor. Um exemplo foi o *Programa Comunidade Solidária* que foi lançado em 1995, no qual as empresas eram responsáveis pelas ações sociais do seu entorno. Outros projetos foram *Escola de Cara Nova* e *Adote uma Escola*, projetos de atuação pontual ligados simplesmente à estrutura física da escola.

Na tese de mestrado de FURTADO (2003) o *Terceiro Setor, ONG e a Reinvenção da Comunidade*, discute-se a comunidade que passa a sofrer uma pressão para que façam por menos aquilo que o estado deixou de ter capacidade de realizar. No

entanto WOLF (1992)⁴ defende uma rearticulação desses atores sociais, na qual comunidade e sociedade se completam.

É possível conciliar o mercado com a comunidade, quando os valores associados com o que é local, incluindo aí o altruísmo voluntário, dedicação de grupo e as relações de confiança e cuidado, são difíceis de serem conciliados com a busca individualista do interesse privado? É a lógica do mercado totalmente compatível com o meio ambiente, não somente com a ecologia natural, mas também com a ecologia social da confiança e cooperação?

Seguindo os pensamentos de WOLF, o autor levanta a discussão do papel da sociedade entendendo-se que os cidadãos que atuam nas ONGs e entidades desenvolvem um trabalho que deveria ser do governo. Situação que poderia ser explicada como uma transferência de responsabilidade. FURTADO aborda o tema da pressão exercida sobre as comunidades para que façam aquilo que o governo não faz, porém por menos e mais rápido. Visto que, quando feitas pelo governo vão ser mais onerosas e mais burocráticas. Nesse contexto, também temos o governo financiando o Terceiro Setor para que ele atue nas necessidades da comunidade. Exemplos dessas atuações são as secretarias de educação e assistência social que através dos cofinanciamentos repassam verbas públicas para as ONGs fazerem o trabalho. Porém, para FURTADO, WOLF defende na sua discussão que dentro do contexto atual há *uma rearticulação, uma complementação entre sociedade e comunidade, cuja dualidade considera falsa: a comunidade deve inserir-se nos interstícios sociais*⁵.

Retomando as discussões dos neoliberais na atuação do Terceiro Setor em contrapartida aos espaços públicos, pensando as ONGs e os movimentos de base, Betinho (1992) explica que parte das mudanças de rumo operada pelo Banco Mundial na alocação de seus recursos aos países de terceiro mundo: depois de aplicar muitos milhões de dólares, via estados, no geral sob regimes totalitários, deu-se conta que tais recursos, para grandes projetos e para os chamados programas de desenvolvimento

⁴ WOLF, 1992 é citado por FURTADO, Maria Teresa de Moraes Pinto em sua tese de mestrado - Discurso e Práticas: Empresários e Educação nos 90. Pág.33 - Campinas, SP, 2002 - Unicamp

⁵ Idem. Pág. 34.

social, não chegavam ao destino. E descobriu-se nas ONGs, que podiam operacionalizar a execução de projetos e substituir a ação governamental.

Mas Betinho, explica que as ONGs nascem durante o regime militar e que essa aparição acontece num viés de *duas negações: não ao governo e não ao mercado. (contra o estado e de costas para o mercado)*, sempre ligadas a movimentos de base, à igreja e a sindicatos. Esses movimentos populares (sociedade civil pobre e reprimida) têm nas ONGs assessoria na área de educação, de saúde, de habitação, e seus recursos advêm em grande parte da “solidariedade internacional”, de agências de cooperação para o desenvolvimento “pressionadas pelo sentimento de culpa de quem se enriquece graças à desigualdades internacionais”. As ONGs sempre vão propor uma condição democrática de atuação.

As ONGs nesse contexto ganham caráter de um canal de participação das classes médias nas esferas públicas, exercendo a função de tradução e articulação dos interesses e demandas dos setores populares nas arenas institucionais de confronto e negociação dos conflitos sociais. (OLIVEIRA NETO in FURTADO. Pág. 38)

FURTADO, levanta uma problemática relevante: “*A ONG como problema ou quase estado*”, na qual pontua duas tendências das ONGs: uma no viés da solidariedade, ganhando um espaço como prestadoras de serviços públicos ou, então, como função sócio-política em defesa dos direitos quase governamentais, mas o problema mais questionável é a ausência do controle público sobre elas (nas duas situações). Um dos medos é a falência total do estado de bem estar social e as políticas públicas acabarem sendo entregues ao mercado, como podem tendenciar as ONGs ou criar um novo sistema de efetiva participação popular que seria o ideal.

Desde o início do século XX a participação do sistema privado na prestação dos serviços sociais é uma questão discutida, juntamente com o papel das ONGs nos anos 70 de criarem um canal de expressão das demandas populares e mais ainda nos anos 80 como operacionalização da incapacidade do setor público na prestação dos serviços. Os dados mostram que os financiamentos governamentais das ONGs cresceram muito dos anos 70 até os anos 90, estabelecendo assim uma relação de dependência mais que de reivindicação ou demanda política das ONGs para com o estado. A autora ressalta que de um lado está a pobreza, violência, analfabetismo, desqualificação e do outro lado a filantropia empresarial, investimento social, comunidade, solidariedade, educação,

cidadania, ética e responsabilidade social. Nesse contexto, questiona-se então quais as consequências do público não estatal além das mudanças ocorridas no tempo onde as empresas estão preocupadas com o seus stakeholders, isto é, seu entorno: o cliente, funcionários e comunidade, por isso, observa-se que as empresas começam a se preocuparem mais com a saúde dos funcionários oferecendo a estes, por exemplo, ginástica coletiva, espaço para café, abertura para que dêem sugestões e restaurantes nos quais todos possam almoçar juntos. Dentro desse contexto FURTADO discute quem ganha mais com tais mudanças: a empresa ou os funcionários?

OLIVEIRA NETO conceitua que as ONGs podem ter dois seguimentos:

- 1) **Entidades de assistência social:** na qual vão ter o papel de caridade filantrópica ou de promoção de desenvolvimento com função complementar as das políticas governamentais e com boa capacidade de acesso a recursos nacionais ou mesmo governamentais.
- 2) **Entidades de defesa de direitos:** subconjunto no qual estariam representadas as classes médias. Este engloba os direitos dos consumidores, portadores de HIV, feministas, crianças e adolescentes entre outros. Os relativos à defesa dos movimentos populares, cuja origem está em grande parte na militância ligada a igreja e a movimento de base tentando influenciar em políticas públicas junto ao estado na perspectiva da democratização.

Nessa etapa, além das discussões teóricas, os sites citados permitem através de dados estatísticos entendermos o movimento das empresas dentro do setor social. A pesquisa da FASFIL levanta números importantes sobre o Terceiro Setor, evidenciando o crescimento de organizações sem fins lucrativos e fazendo uma análise mais do ponto de vista da empresa dentro do Terceiro Setor.

A FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – de autoria do IBGE, IPEA, GIFE e Abong, mostra um crescimento de 157%, das ONGs passando de 107 mil, em 1995, para 276 mil, em 2002. Dessas 276 mil, 171 mil (62%) foram criadas a partir de 1990.

O estudo identificou a existência de mais de 500 mil organizações sem fins lucrativos registradas no Cempre – Cadastro Central de Empresas do IBGE. Dessas, foram descartadas organizações a serviço de interesses corporativos, a exemplo de sindicatos, condomínios, partidos políticos, cartórios e clubes, entre outros.

Já dados divulgados no início de 2006 sobre um estudo do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) em parceria com The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, instituição norte-americana que estuda as organizações sem fins lucrativos no mundo, revelam um crescimento de 71% do setor sem fins lucrativos no Brasil em sete anos (de 1995 a 2002), passando de 190 mil para 326 mil.

Até então a única referência estatística sobre a dimensão do Terceiro Setor no Brasil era a Pesquisa Global Civil Society – Dimensions of the Nonprofit Sector, de Leilah Landim, em parceria com The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, de 1999, com dados a respeito de 1995. Esta pesquisa apontava 220 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil em 1995.

A FASFIL revela que as 276 mil organizações sem fins lucrativos empregam 1,5 milhão de assalariados, o que corresponde a 5,5% dos empregados de todas as organizações formalmente registradas no país, portanto, um número significativo para economia do país. Aproximadamente 77% delas não consta com nenhum trabalhador remunerado, enquanto que cerca de 2,5 mil entidades (1% do total) absorvem quase 1 milhão de trabalhadores. A média de remuneração dos trabalhadores nas organizações sem fins lucrativos era de 4,5 salários mínimos mensais, ligeiramente superior à média dos assalariados das empresas em geral (públicas, privadas lucrativas e não-lucrativas), que era de 4,3 salários por mês.

A pesquisa da Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, de 1999, com base em dados de 1995, falava em 1 milhão de pessoas empregadas (excluindo as organizações de origem religiosa). Também estimava que 340 mil empregos tinham sido criados no setor entre os anos de 1991 e 1995 e que, incluindo-se os voluntários, o setor era responsável por 2,5% dos postos de trabalho no Brasil, considerando que 16% da população brasileira presta serviços voluntários para organizações sem fins lucrativos.

O estudo do UNV, em parceria com The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, mostra que o setor representava 5% do PIB nacional, uma participação superior a de setores expressivos da economia brasileira, como a indústria de extração mineral (petróleo, minério de ferro, gás natural, carvão, entre outros), e maior que a de 22 Estados brasileiros (só fica atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná). A pesquisa do Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, de 1995, apontava que o setor sem fins lucrativos havia movimentado naquele ano R\$ 10,6 bi, equivalente a 1,5% do PIB registrado no período.

Os dados permitem visualizar o movimento do Terceiro Setor na sociedade, o IPEA faz uma pesquisa interessante de título *Iniciativa Privada e o Espírito Público*, apontando as empresas e suas preferências relativas às ações sociais. A pesquisa mostra a Ação Social das Empresas e toma como base informações referente ao ano passado à sua realização que é de junho de 2005. Em cada uma das regiões, foram pesquisadas cerca de duas mil empresas. A amostra foi elaborada com base num cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que é composto pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED). Este é o mais completo cadastro de âmbito nacional que identifica, localiza e fornece o número de empregados e a atividade econômica das empresas.

Encontrou-se que 462 mil empresas brasileiras (59%) com um ou mais empregados declaram realizar, em caráter voluntário, algum tipo de ação social para a comunidade. Destas, dois terços afirmam que a prática social é habitual. Juntas, essas 462 mil empresas aplicaram, em 2000, aproximadamente R\$ 4,7 bilhões. Os benefícios fiscais pouco contribuem para financiar as ações sociais dos empresários. O uso dos incentivos é restrito a apenas 6% das empresas. Sendo que, 39% das empresas declaram que pretendem ampliar sua atuação num futuro próximo. Das empresas pesquisadas 67% das pertencentes à região sudeste declaram atuar para além de seus muros.

Participação por região:

Sudeste: 67%

Nordeste: 55%

Norte: 50%

Centro-Oeste: 50%

Sul: 46%

Áreas mais investidas:

54% das empresas investem em ações de assistência social.

Alimentação e abastecimento: 41%

Educação e alfabetização: 19%

Desenvolvimento comunitário e mobilização social: 19%

Saúde: 17%

Esporte: 17%

Cultura: 14%

Beneficiados:

62% dos projetos sociais das empresas atendem as crianças.

Família: 40%
Comunidade em geral: 27%
Portador de deficiência: 25%
Jovem: 25%
Idoso: 23%
Adulto: 17%
Mulher 13%
Portador de doenças graves: 7%

Resultados revelados pela pesquisa:

61% dos empresários afirmam que investir na área social traz gratificação pessoal.
55% declaram que as comunidades ganham, pois melhoram suas condições de vida.
40% entendem que, em decorrência de sua atuação social, se estreitaram os laços com a comunidade.
26% avaliam que, em consequência da ação social, melhorou a imagem do negócio.
24% acreditam que, em consequência da ação social, melhorou o envolvimento do empregado com a empresa.

A filantropia empresarial seria um dos quatro principais seguimentos do Terceiro Setor, segundo FURTADO. Os demais seriam as formas tradicionais de ajuda mútua dos movimentos sociais e as associações civis. O autor termina o capítulo *A ONG como solução*, citando FERNANDES (1992) que faz uma discussão importante tentando conceituar o Terceiro Setor, na qual coloca que diante do enfraquecimento do estado e crescimento da miséria aparece o campo das iniciativas voluntárias que se coloca no papel de pressionar governos e mercados na busca de alternativas.

Os dados desse capítulo mapeiam a situação permitindo um avanço da pesquisa de forma qualitativa, são dados extremamente relevantes para dar sustentação à análise.

3- Terceiro setor no Brasil hoje:

3.1- Regulação do Terceiro Setor

Para se discutir o assunto analisou-se o livro *Terceiro Setor Regulação no Brasil* do advogado Eduardo Szazi (2003), produção feita em conjunto com o GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - uma organização sem fins lucrativos que foi fundada em 1995 com caráter associativo que congrega instituições de origem privada que realizam investimento social no Brasil..

Verificou-se que pesquisas apontam que o *Terceiro Setor gastou no Brasil 10,9 bilhões de reais em despesas operacionais no ano de 1995⁶ que corresponde a 1,5 % do PIB daquele ano. Parcela significativa dos recursos foi gerada pelas próprias entidades (61,1 %) o governo contribuiu com 12,8 % e os doadores privados com os restantes 26,1 % computadas nas doações em moedas e bens de pessoas físicas e jurídicas e o valor do trabalho voluntário.* Esse número quando comparado aos Estados Unidos, por exemplo, está muito aquém da representatividade. Nos EUA o Terceiro Setor representa 6,3% do PIB.

Como foi citado anteriormente, na esfera política o neoliberalismo proposto para deixar os mercados abertos e competitivos com a justificativa de que isso traria uma prosperidade aos países pobres não foi bem verdade, na realidade a contínua busca da eficiência de mercado tem piorado as condições de vida dos mais pobres devido ao fechamento das empresas menos competitivas e ao aumento de requisitos para acesso e manutenção de empregos, SZAZI (2003).

Com isso, percebe-se uma reorganização nos papéis dos atores sociais, na qual a sociedade civil assume novas responsabilidades pela proteção e defesa dos direitos que antes era responsabilidade apenas do estado, na qual a empresa até então entendia seu papel apenas como o de pagar impostos e geração de empregos. Com isso o Terceiro Setor nasce e ganha roupagens importantes e as empresas passam a se preocupar com a responsabilidade social, tema que será discutido melhor mais abaixo.

SZAZI coloca que mesmo com as leis 9.608/ Fev de 98 (voluntariado) e 9790/ março de 99 (OSCIP – Organização da sociedade Civil de Interesse Público), o Terceiro Setor carece, no Brasil de uma legislação sistematizada e moderna que incentive a participação dos atores sociais na execução e financiamento de projetos que busquem

⁶ Leillah Landin e Neide Beres, ocupações, despesas e recursos. As organizações sem fins lucrativos no Brasil. 1ª edição, Rio de Janeiro, 1999, in SZAZI, Eduardo, Terceiro Setor: Regulação no Brasil. Pág. 21

dar cumprimento aos objetivos fundamentais da república, previstos no artigo 3º da constituição, quais sejam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação.⁷

Com isso, é preciso que sejam abordados os principais aspectos da constituição, funcionamento de associações, fundações, OSCIPS e ONG. Para entender uma entidade do Terceiro Setor, primeiro faz-se necessário saber as formas jurídicas e sua maneira de atuação. As Associações podem ser definidas como uma pessoa jurídica criada partir de união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa. A sociedade civil por sua vez também é uma pessoa jurídica criada pela união de pessoas, porém com finalidade de lucro.

Ao contrário do que ocorre com os institutos, pois, embora o termo componha a razão social de entidades, não corresponde a uma espécie de pessoa jurídica, podendo ser utilizada por uma espécie de entidade governamental ou privada lucrativa ou não lucrativa, constituída pela forma de fundação (exemplo: IBGE e FIPE) ou de associação (Instituto Ayrton Senna). Usualmente, o termo “instituto” está associado à entidades dedicadas à educação e pesquisa ou a produção científica. As associações são interessantes quando não se tem fins lucrativos ou intenção de dividir resultados, embora tenha patrimônio, formado por contribuição de membros para obtenção de fins culturais, educacionais, esportivo, religioso, recreativo, morais etc. Pode-se definir as associações em cunho associativo, como os clubes com regras e taxas de admissão para se tornar sócio. E as associações de cunho social, que beneficiam pessoas que estão fora do seu quadro de associados. Definição esta, importante para identificarmos as que deverão receber vantagens fiscais e as que não receberão tais benefícios. Diferença tal que não existe nas fundações, visto que estas têm definição de fim público em benefício da coletividade.

O conceito de fundação é um tipo especial de pessoa jurídica, pois pode ser constituída a partir da decisão de um só indivíduo. A constituição se dá em primeiro momento pela reunião de bens e a sua destinação se dá a uma finalidade determinada pelo instituidor. Define-se uma fundação como um conjunto de bens com um fim determinado que a lei atribua condição de pessoa. Uma fundação com patrimônio

⁷ SZAZI, Eduardo. *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*. 3ª Edição – São Paulo: Peirópolis, 2003
Pág. 23

destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituído.

A imunidade tributária segundo a constituição no artigo 150 estabelece à união, estado e ao Distrito Federal instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos aos requisitos da lei. A referida norma não definiu o que é uma instituição de educação e assistência social apenas garantiu-lhe a imunidade a esses impostos citados e desde que estes estejam relacionados com as atividades essenciais da entidade, atendidos os requisitos da lei.

As instituições classificadas como entidades de educação e assistência social também ficam imunes de pagar o imposto de renda regulamentado no artigo 170 do regulamento do IR - Imposto de Renda. As instituições também ficam isentas de pagar a previdência, consideradas beneficentes e de assistência social, mas para esse a entidade deve possuir alguns títulos:

- Utilidade pública federal
- Utilidade pública estadual
- Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Promover gratuitamente e exclusivamente a assistência social beneficente a pessoas carentes.

A comparação da natureza das entidades faz enxergar melhor quais são as entidades que irão acumular a isenção dos impostos citados, visto que estão contidos no artigo 13 e 17 da medida provisória 2.158-35.

Artigo 13: A contribuição do PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de um por cento pelas entidades citadas abaixo.

Artigo 17: Aplicam-se às entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, efeito de pagamento da contribuição para o PIS/PASEP na forma do artigo 13 e de gozo da isenção de CONFINS, o disposto no artigo 55 da lei nº 8.212, de 1991 que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio e da outras providências.

Natureza da entidade	Artigo 13	Artigo17
Instituição de educação	X	
Instituição de assistência social	X	X
Instituição de caráter filantrópico	X	X
Instituição de caráter recreativo	X	
Instituição de caráter cultural	X	

Instituição de caráter científico	X	
Associações civis	X	
Fundações privadas	X	

Com esse quadro podemos concluir que somente as entidades de assistência social e de caráter filantrópico deverão cumprir cumulativamente as regras dos artigos 13 e 17, cabendo as demais somente o atendimento ao artigo 13, para fruição da isenção do confim.

No caráter das leis trabalhistas as instituições passam pelas mesmas regras que constam na CLT, Consolidação das Leis de Trabalho, não havendo uma lei específica para contratação de empregados no Terceiro Setor, valendo também na contratação das entidades sem fins lucrativos. As entidades de forma geral poderão contratar estagiários desde que seja garantido que os mesmos estarão complementando os seus estudos e empregados por Regime de Prestação de contas Autônomo (RPA). O trabalhador contratado não poderá prestar serviço voluntário fora do horário de trabalho, sendo então computado como hora extra. Todas as formas de contratação estão regulamentadas pelas leis trabalhistas.

As ONGs de forma geral, mesmo com as suas diferenças estatutárias (instituição, fundação, associação) podem obter diversos títulos e certificados de âmbito federal, estadual e municipal necessários para o gozo de benefícios fiscais pelas entidades o oferecimento de incentivos fiscais aos doadores patrocinadores de seus programas. Os principais títulos federais são:

- **Declaração de Utilidade Pública Federal, por ato do Ministério da Justiça;**
a- Este título permite a entidade à possibilidade de oferecer dedução fiscal no imposto de renda, em doações de pessoas jurídicas; b- Acesso a subvenções auxílios da União Federal e suas autarquias; c- Possibilidade de realizar sorteios, desde que autorizada pelo Ministério da Fazenda.
- **Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);** A entidade terá como vantagem a possibilidade de acesso a recursos públicos por meio de subvenções ou convênios com o CNAS e fundo.
- **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedido pelo CNAS;** A principal vantagem é a possibilidade de isenção do recolhimento da cota patronal da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento da entidade.

- **Reconhecimento como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, expedido pelo Ministério da Justiça (OSCIP).** Dentre as vantagens as principais são: a- Acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termo de parceria; b- acesso aos recursos privados, pelo uso de incentivos fiscais pela empresa patrocinadora, que deduz as doações como despesas; c- possibilidade de receber doações de bens móveis da união e de mercadorias apreendidas pela secretaria da receita federal.

Com esses títulos e certificações percebe-se que existem muitos financiamentos acontecendo com recursos públicos e que isso é feito de forma legal. Os principais são:

- Auxílios e contribuições;
- Subvenções;
- Convênios, acordos ou ajustes;
- Contratos;
- Contratos de gestão;
- Termos de parceria.

Outras formas de financiamentos são para os projetos sociais e educacionais que podem ser realizados através de doações de pessoas físicas, jurídicas ou sorteio. A doação de pessoa física pode acontecer para qualquer entidade, sejam estas de cunhos filantrópico, educacional ou de assistência social e não são acompanhadas de vantagens fiscais. A fruição de incentivos fiscais somente é autorizada para as doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e Adolescente, de âmbito nacional, estadual e municipal, e são dedutíveis apenas as doações realizadas no ano calendário até o limite de 6% do valor do imposto de renda devido

A doação de pessoa jurídica conta com mais incentivos federais. A doação para os Fundos dos Direitos da Criança e Adolescente são limitadas às pessoas jurídicas tributadas pelo regime do lucro real, não beneficiando, portanto, aquelas tributadas pelo simples ou pelo regime de lucro presumido ou arbitrado, que somando são 98% das empresas do país. Para as empresas doadoras, o incentivo fiscal prevê a dedução de aportes efetuados até o limite de 1% do imposto de renda devido conforme o artigo 1º do decreto 794, de 5/4/1993. Faz-se importante considerar que a doação deverá ser feita ao fundo e não a uma entidade cadastrada no conselho.

Outra forma de apoio de pessoa jurídica, dentro dos mesmos critérios, isto é lucro real, é o incentivo fiscal previsto no artigo 365,II, do RIR/99, que amparado na lei

9.249, de 26/12/1995, autoriza a dedução, como despesa operacional, até o limite de 2% do lucro operacional da empresa, dos valores doados para entidades sem fins lucrativos. No âmbito estadual, alguns convênios prevêem a saída isenta de ICMS para as doações efetuadas por pessoas jurídicas a entidades educacionais ou de assistência social.

No Nível Municipal em Campinas podemos organizar essas regulamentações da seguinte forma, o CMDCA, Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente conta com o FMDCA, Fundo Municipal do direito da Criança e Adolescente. O fundo é responsável por receber a destinação de parte do Imposto de Renda devido através da destinação dos impostos:

1) **Pessoa Física** que possuir Imposto de Renda Devido, apurado na declaração de renda anual - MODELO COMPLETO, pode efetuar a destinação ao FMDCA de até 6% (seis por cento) do Imposto de Renda Devido, conforme estabelece o § 1º, Item I, do artigo 87 do Regulamento do Imposto de Renda.

2) **Pessoa Jurídica** com declaração de renda e apuração do imposto com base no LUCRO REAL, pode destinar ao FMDCA até 1% (um por cento) do Imposto de Renda Devido, conforme Decreto Federal nº 794, de 05/04/1993.

Além disso, o fundo em Campinas conta com o GEAC – Grupo de Empresas Amiga da Criança, que é uma entidade que, desde 1997, visa sensibilizar as empresas e pessoas físicas para destinação do imposto de renda envolvendo em prol das crianças e adolescentes. O FMDCA é gerido por um colegiado paritário, o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse colegiado analisa os projetos e programas a ele apresentados que visem o atendimento à criança e ao adolescente, e destina – segundo critérios pré-estabelecidos, os valores que permitam a execução das ações propostas pelas ONGs e pelas OGs – Organizações Governamentais-, da rede executora Municipal.

A previsão legal fica organizada da seguinte forma:

Previsão Legal - ECA (Lei 8.069/90, art.88, incisos II e IV)

- ➡ ECA instituiu FMDCA - para captação e aplicação de recursos inclusive 1%-6%.
- ➡ CMDCA aplica fundos em projetos analisados e aprovados pelo Conselho.
- ➡ CMDCA supervisiona e fiscaliza projetos.

Campinas – Lei Municipal 6.905/92 e alterações.

FMDCA criado em 1992, conforme ECA.

- ➡ CMDCA atende 150 entidades que apoiam a infância e juventude em Campinas.

- Recursos financeiros vem tanto do Orçamento Municipal quanto das Destinações do IR.
- Crescimento dos recursos é necessário dado a crescente demanda das entidades que trabalham com criança e adolescente.

Doação *versus* Destinação

- Doação: despesa dedutível para fins de apuração do Lucro Real das Empresas, limitada a 2% do Lucro Operacional. Ou seja, 66% sai do bolso do sócio e 34% do “Leão”.
- Destinação: parte do Imposto apurado a cada ano, ou seja é Imposto devido 100% ao “Leão”, que fica no Município para aplicação direta em projetos sociais.

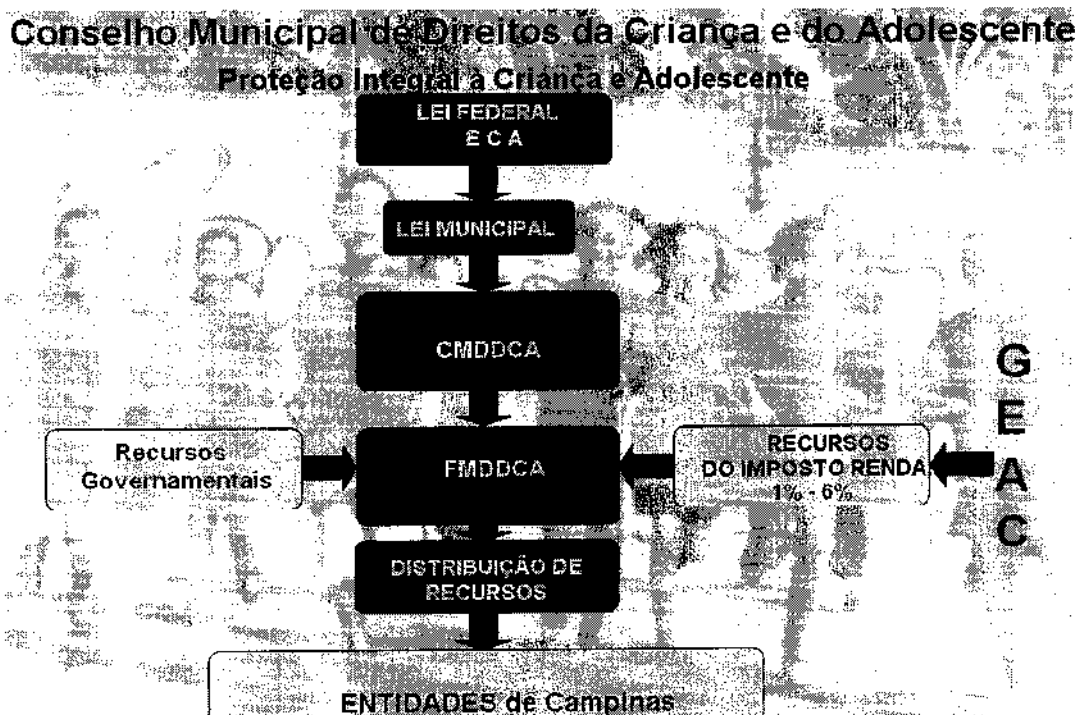
“Municipalização” do tributo federal.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Lucro Real:

- 1% sobre IR alíquota 15% fica no Município
- 99% sobre IR alíquota 15% vai ao Gov. Federal
- 100% do Adicional 10% – Governo Federal.

Imposto de Renda Pessoas Físicas:

- 6% do IR – Pessoa Física ficam no Município
- 94% restantes vão ao Governo Federal.



Fonte: http://www.feac.org.br/modulos/noticias/geac/GEAC_2006_arquivos/frame.htm

Outros dois tipos de financiamentos são os de projetos ambientais e de incentivos a cultura. Os projetos de meio ambiente podem acontecer através do Fundo Nacional do meio Ambiente, programas nacionais e internacionais. No Brasil o programa de incentivo a cultura mais conhecido é a “Lei Rouanet”, lei 8.313, de 23/12/1991 que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) permitindo que os projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura recebam patrocínios e doações de empresas e indivíduos, os quais poderão abater total ou parcialmente os valores investidos do IR devido.

Com toda essa análise baseada nas principais leis que regulam o Terceiro Setor, pode-se perceber a situação possível de financiamento para o mesmo, o quanto o dinheiro público é destinado em formas de convênios, co-financiamentos, parcerias e a participação dos investimentos privados das diversas formas como visto na regulação para esses tipos de doações ou deduções fiscais.

A mais recente regulamentação que influencia o Terceiro Setor, as escolas e os investimentos privados em espaços públicos é o Decreto Nº 6.094 de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que no artigo 1º dispõe: o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Sendo a proposta que todos colaborem para a educação dando abertura total para o investimento privado.

Por isso, o MEC propôs em 2007 que Estados, Distrito Federal e Municípios adotem um conjunto de diretrizes para a gestão de suas redes e escolas e para as práticas pedagógicas. Após a adesão ao compromisso com tais diretrizes, estados e municípios elaboraram um diagnóstico da situação educacional local e prepararam o Plano de Ações Articuladas (PAR), com vistas a mobilizar esforços para alcançar as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontadas para as respectivas redes e suas escolas, de 2007 a 2022.

As 5 metas do plano são:

- 1 – toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
- 2 – toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
- 3 – todo aluno com aprendizado adequado à sua série
- 4 – todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos
- 5 – investimento em Educação ampliado e bem gerido

Os reflexos do decreto em Campinas podem ser visto no CCE, Compromisso Campinas pela Educação que tem a FEAC como grande articuladora do Plano de Metas. Segundo o boletim de agosto do CCE distribuído pela FEAC, esta foi eleita como “entidade-síntese para estabelecer os primeiros passos do CCE, alguns trabalhos foram iniciados em 2007, como por exemplos os comitês, formados por representantes do governo (1º Setor); iniciativa privada (2º Setor) e ONGs (3º Setor).” Foram escolhidas 6 escolas da rede municipal de ensino que foram selecionadas para serem alvos do projeto piloto. A intenção é implementar nas escolas com parceria de instituições privadas e do Terceiro Setor alguns programas em que os gestores públicos apostam para impactar a qualidade de ensino. Em novembro de 2008 a FEAC lança uma notícia no site para informar a comemoração de um ano do compromisso:

A Fundação FEAC enquanto agente eficaz do terceiro setor na articulação e interface entre os setores entrou como parceira incubadora do Compromisso. Desde o lançamento, em novembro de 2007, foram articuladas alianças e contatos para que uma rede fosse formada a serviço do Compromisso de Campinas pela Educação. Empresas como Graber, DPaschoal, CPFL Energia, Iguatemi Campinas e Bosch compõem o núcleo inicial que já contribui inclusive financeiramente.

(http://www.feac.org.br/Modulos/Noticias/Noticia.asp?Noticia_ID=377)

3.2- Empresas de Responsabilidade Social: Que conceito é esse?

As transformações sócio-econômicas dos últimos 20 anos têm afetado profundamente a relação público privado. A imprensa tem noticiado fortemente o envolvimento de empresários em ações sociais e a educação é um dos principais temas abordados. Existem vários sites que trazem explicações de como ser um empresa de responsabilidade social, várias empresas de consultoria nessa área e muitos tipos de incentivos de toda ordem tais como selos e prêmios, criados para legitimar essas ações, incentivar e mobilizar.

Dentro desse quadro nasce o GIFE - Grupo de Instituições, Fundações e Empresas - citado acima, o GIFE tem desempenhado um papel relevante no cenário Brasileiro quando trata-se de responsabilidade social. O GIFE começa a ter uma articulação forte em 1998, quando começava a consolidar-se no país o conceito de "Terceiro Setor". Então, o GIFE fez uma discussão importante da expressão "filantropia empresarial", usada antes para nomear o que chamamos atualmente de responsabilidade social. A fim de encontrar termos mais apropriados para a realidade brasileira, pois, o termo filantropia, no Brasil sempre esteve associado, historicamente, a atividades beneficentes, em um sentido paternalista, e a nova abordagem que se implantava no Brasil buscava outros caminhos. O uso da expressão "responsabilidade social" procura suprir a esse questionamento demandado, segundo o GIFE.

O site www.responsabilidadesocial.com levanta alguns pontos importantes sobre a responsabilidade social: Em função da capacidade criativa já existente, e dos recursos financeiros e humanos já disponíveis, empresas têm uma intrínseca responsabilidade social. A idéia de responsabilidade social incorporada aos negócios, portanto, relativamente recente. Com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, empresas se vêem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações.

Além disso, trazem como razões para a responsabilidade social não somente o bem estar social, mas justifica-se que a responsabilidade social envolve o melhor desenvolvimento nos negócios e consequentemente maior lucratividade. O site apresenta que as principais características em busca da responsabilidade social seriam:

- *É plural.* Empresas não devem satisfações apenas aos seus acionistas. Muito pelo contrário. O mercado deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia,

ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. Empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.

- *É distributiva.* A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado por fatores ambientais ou sociais, mas o conceito é de interesse comum e, portanto, deve ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo. Assim como consumidores, empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos.
- *É sustentável.* Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e por fim leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.
- *É transparente.* A globalização traz consigo demandas por transparência. Não mais nos bastam mais os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes. Nesse sentido, empresas serão obrigadas a publicar relatórios anuais, onde sua performance é aferida nas mais diferentes modalidades possíveis. Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos prevêem que relatórios sócio-ambientais serão compulsórios num futuro próximo.

Com a preocupação da responsabilidade social a FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo criou o Comitê de Responsabilidade Social (CORES), o qual tem a missão de:

oferecer estratégias e ferramentas que auxiliem os industriais na formulação e implantação de políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), levando-se em conta as exigências legais, os compromissos éticos e a preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das atividades. Para a FIESP, o desenvolvimento econômico e o crescimento da indústria paulista devem ser pautados pelas melhores práticas empresariais, e o exercício da responsabilidade social se firma, cada vez mais, como um importante diferencial competitivo.

O trabalho do Comitê de Responsabilidade Social conta com o respaldo do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial), presidido pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza e pela líder do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna. O Comitê é dirigido pela especialista em Terceiro Setor Eliane Pinheiro Belfort Mattos, Diretora Titular. Em entrevista para o site responsabilidadesocial.com⁸ ela fala de alguns conceitos e porque da importância do CORES. O conceito de responsabilidade social para Eliane Belfort é:

O exercício da ética e da cidadania com respeito a todas as formas de vida. Responsabilidade Social Corporativa é a atuação cidadã da empresa, que não pode ser confundida com ação social ou filantropia, ou seja, somente o aporte financeiro para o auxílio a um projeto social. Estamos falando da empresa que incorpora os conceitos da Responsabilidade Social Corporativa em sua gestão, assim, oferece boas condições de trabalho e vida aos seus funcionários, familiares e, no entorno de sua fábrica, adota procedimentos de proteção ao Meio Ambiente (praticando reuso de água, utilizando energia renovável...), respeita o patrimônio material e imaterial da comunidade onde está inserida etc. Atualmente, o principal desafio para o crescimento econômico é conjugar inovação tecnológica com a inclusão social, transformando o conhecimento em riqueza. A atuação empresarial com Responsabilidade Social é ferramenta indispensável à retomada do desenvolvimento no Brasil, baseada numa economia forte, com equidade social e equilíbrio ambiental.

A responsabilidadesocial.com perguntou também a Eliane Belforte como a responsabilidade social pode ser vista como um diferencial competitivo?

⁸ www.responsabilidadesocial.com site que traz consultoria e informações sobre responsabilidade social.

O consumidor está cada vez mais consciente e exigente e, no comércio internacional, crescem cada vez mais as chamadas barreiras técnicas ou não-tarifárias. O que isso significa? Significa que o mundo exige das empresas um compromisso com a sustentabilidade. A empresa que polui, que explora mão-de-obra infantil, que impõe péssimas condições de trabalho aos seus empregados, estará condenada a fechar as portas, pois não terá mercado. Em contrapartida, aquela empresa que aposta numa gestão responsável terá mais facilidade para se estabelecer e competir. Não falo apenas da empresa cumprir a legislação, fazer tudo certinho, fugir do exemplo extremo de irresponsabilidade e má gestão que mencionei. Falo de fazer mais, de se destacar pelas suas ações corretas e inovadoras. Esse processo já está em curso. Cada vez mais, os países e as pessoas exigem certificados de origem e outras informações que comprovem que aquele produto ou empresa se alinha com essa nova mentalidade.

A responsabilidadesocial.com, faz outra pergunta importante: Ação social e responsabilidade social é a mesma coisa? O que diferencia um conceito do outro? Eliane responde:

A ação social pode estar relacionada a uma ação filantrópica. Por exemplo, uma empresa sustenta uma creche para mil crianças da comunidade. Ela está fazendo uma ação social, mesmo que os filhos de seus próprios funcionários não tenham acesso ao benefício. Mas a empresa que tem, em sua gestão, uma política de responsabilidade social, oferecendo, por exemplo, facilidades para que suas funcionárias amamentem os filhos ou os mantenham em creches próximas à empresa, está adotando uma política de responsabilidade social mais efetiva. Só que isso é pouco. Outro exemplo, agora no caso do meio ambiente. Uma empresa pode manter uma área de preservação para animais silvestres e, no seu cotidiano, desperdiçar água e energia, não adotar um sistema de reciclagem de resíduos, manter seus funcionários em péssimas condições de trabalho. Essa ação social, que é manter a área de preservação ambiental não significa, necessariamente, que a empresa adota uma política de gestão responsável social e ambientalmente. Já a empresa que se empenha em reduzir emissões de gases de efeito estufa, em reutilizar água, em usar energia racionalmente, em viabilizar a utilização de recursos naturais sem ameaçar a preservação da natureza, está dando um exemplo efetivo de responsabilidade sócio-ambiental.

Outro conceito embutido na discussão da responsabilidade social é o Marketing social, Dalberto Adulis (2001) discute um pouco esse tema em seu artigo, no qual defende que

a noção de marketing social não se aplica a empresas que utilizam instrumentos de marketing apenas para divulgar suas ações sociais, tornar pública sua postura socialmente responsável ou mesmo melhorar sua imagem junto à sociedade, pois estas ações não têm o objetivo de promover mudanças sociais. As tentativas recentes que têm identificado como "marketing social" ações de responsabilidade social das empresas apenas geram maior confusão e dificultam a compreensão de conceitos distintos.

De forma geral, é colocado pelo autor que ações que mostram atuação social da empresa apenas ligada à imagem desta diante dos seus consumidores, não é marketing social e sim comercial. O marketing social tem origem na década de 70 com a idéia de um conjunto de atividades, técnicas e estratégias que são utilizadas para estimular e promover mudanças sociais, como alterações de crenças, atitudes e comportamentos. Portanto, no marketing social são adquiridos conceitos e ferramentas originárias do marketing convencional para influenciar comportamentos com o objetivo de promover mudanças sociais.

O fenômeno responsabilidade social demanda outras formas de organização, dentre as que já foram citadas têm-se ainda os balanços sociais apresentados pelas empresas que, além de garantir transparência nas finanças, também às legitima com certificações, selos e títulos de empresa cidadã. Normalmente, o Balanço Social é publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Devido aos vários episódios de corrupção vividos pelo país nas últimas décadas, a transparência passa a ser muito valorizada. Dessa forma, as empresas incorporam um discurso social mais justo, no qual não basta ser uma empresa de responsabilidade social, mas é preciso mostrar relatórios a sociedade que legitimem essa transparência e compromisso social. Não existe um único modelo de Balanço Social, o principal objetivo é mostrar o movimento financeiro. No entanto, o site www.balancosocial.org.br oferece o modelo de Balanço Social que é o do IBASE - Instituto Nacional de Análises Sociais Brasileiras- e publicam todos os Balanços Sociais das empresas que seguem este modelo.

O site responsabilidadesocial.com ressalta que a divulgação do Balanço Social interessa por vários motivos, dentre os quais os principais são o mostrar a ética da empresa e a divulgação de boas práticas. Eles dizem que o balanço social não deve ser visto como uma simples peça de marketing, mas sim como uma prova de maturidade empresarial e compromisso com a verdade. Porém, dizem, também que

Não é raro empresas mascararem ou omitirem falhas de conduta em seus relatórios. A transparência, contudo, é importante vantagem comparativa para empresas. É prova de que a empresa está aberta a apontar suas deficiências e assim aprimorar sua performance. É por isso que o RESPONSABILIDADESOCIAL.COM é a favor de verificações independentes para o Balanço Social.

Alguns grupos foram enfocados por servirem de suporte e apoiarem as iniciativas sociais no setor empresarial (responsabilidadesocial.com; balancosocial.org.br; IBASE e o GIFE), mas se faz importante e significativo mencionar o papel realizado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O Instituto é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1998, tem como associados algumas centenas de empresas em operação no Brasil, de diferentes setores e portes. Esta tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e mais justa. Dessa forma, sendo uma referência sobre o assunto discutido no Brasil. Além disso dão suporte, publicam as ações realizadas, desenvolvem programas e fazem eventos para os associados. O instituto para alcançar os objetivos desenvolveu os indicadores Ethos que avaliam o estágio que se encontra a empresa nas práticas de responsabilidade social, estimulando novas empresas a participarem, permitindo que a sociedade conheça e aprecie as melhores políticas e práticas existentes.

GARCIA (2002), no artigo *Responsabilidade Social Empresarial, Estados e Sociedade Civil: o caso do instituto Ethos*⁹ relata que a filosofia do instituto Ethos está no debate acerca dos padrões de relação entre estado e sociedade civil, com base na

⁹ GARCIA, Bruno Gaspar. "Responsabilidade Social Empresarial, Estado e Sociedade Civil: O caso do Instituto Ethos" -- UNICAMP. in Vários Autores, Responsabilidade social das empresas. -- São Paulo: Peirópolis, 2002. Este livro é resultado da segunda edição do Premio Ethos-Valor, concurso nacional para estudantes universitários sobre responsabilidade social nas empresas realizado pelo instituto Ethos no país, neste livro estão os 12 finalistas do premio.

hipótese da heterogeneidade política do campo empresarial, a tese principal que defende é que, ao contrário de algumas fundações e institutos empresariais, o Ethos não pode ser caracterizado como organização fundamentada em preceitos neoliberais. Ao menos no plano do discurso eles têm uma visão de responsabilidade social e uma valorização não somente do papel do estado nas questões sociais, mas também da articulação democrática entre atores para formulação e execução das políticas públicas

A autora Maria da Graça Fernandes Branco na tese de mestrado *Parceria Empresa/Escola: Alternativas para melhoria da qualidade de ensino* (2001), orientada pela Profa. Dra Eloísa de Mattos Höfling / Unicamp, levanta alguns questionamentos importantes e relevantes para tal discussão ela diz que a situação se torna perfeita para o estado e para as empresas, visto que essas ações são feitas de forma pulverizada e sem compromissos com a transparência quanto ao uso dos recursos públicos via isenção de impostos. As iniciativas privadas vão se legitimando e ganhando espaço quanto às responsabilidades sociais, principalmente na educação, como será visto no estudo dessa pesquisa mais adiante, através do sucesso das parcerias público privadas, principalmente quando acontecem nas escolas. Parcerias estas que são pontuais e não universais e, portanto insuficientes para garantir uma política social e educacional no país. A autora ainda levanta que como pode ser que a racionalidade empresarial realmente estaria interessada em investir em um setor no qual os resultados demoram tanto a aparecer?

Portanto, tentar entender a movimentação do empresariado nas áreas sociais parece ser um caminho para descobrir as possibilidades de relacionamento entre grupos tão diversos (empresas, educação, governo, ONGs). A autora coloca ainda que

questões como as interferências que esse novo perfil de atuação social têm quanto a valores éticos nos negócios; as mudanças de padrões de relacionamento entre capital e trabalho e o comportamento político das lideranças empresariais não são questões ingênuas, mas, sim, delineamentos de ações estratégicas inteligentes rumo a novas formas de lucro.

3.3 - Evolução da História das ONGs em Campinas

O papel da FEAC

A FEAC - Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas, tem grande importância na histórias das ONGs em Campinas. Atualmente o papel da FEAC é de prestar serviços para suas entidades filiadas (hoje são mais de cem instituições) através dos departamentos MEIOS (contabilidade, financeiro, jurídico, engenharia e arquitetura, marketing, recursos humanos, tecnologia da informação e apoio logístico) e assessorias e consultorias pelos setores FINS (departamentos de 'desenvolvimento social e educacional' e 'gestão de programas com voluntários') abrangendo de forma multi-profissional as ações de serviço social, pedagogia, nutrição, educação física, sociologia e psicologia.

Nos anos 90 a FEAC já atuava em Campinas, há alguns anos na área social, com enfoque em habitação, centros de integração sempre em conjunto com outras entidades ou ONGs que atuassem nas periferias de Campinas, isto é a FEAC sempre atuou como um suporte para outras organizações. Com a percepção e aumento das crises sociais no Brasil, aumentou o desafio para o poder público e a multiplicação das ONG e principalmente em Campinas e nas grandes cidades.

Exatamente neste período a região de Campinas passa por um período de aumento de iniciativas sociais não governamentais, acontece o que se chama de o "bum" das ONGs, muitas com financiamentos públicos. Atualmente, Campinas está em primeiro lugar entre as cidades do Interior do Brasil quando o assunto é ação social: são 1.640 fundações privadas e sem fins lucrativos, empregando 23.722 pessoas com salários e outras remunerações pagas no valor de R\$ 391,6 milhões, segundo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômicas.

Diante dessa situação a FEAC idealizou alguns projeto na região de Campinas. Uma das fontes que buscou-se para o desenvolvimento desses projetos foi algumas experiências do estado de minas, orientadas pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa. Então. Começou-se a ter ações voltadas para garantir escola para todas as crianças e uma educação de qualidade. Em Campinas, aconteceram duas ações: uma no Jardim Santa Mônica, região norte, na escola 31 de março, na qual a diretora da unidade

escolar, juntamente com alunos, percorreu o bairro em busca de sensibilizar as pessoas para que voltassem à escola, (fev de 1998).

A outra ação foi na região do Campo Grande, noroeste de Campinas, na qual, foi realizado um censo escolar que começou em maio de 1998, atingindo 70 mil pessoas, dentre as quais 1244 estavam fora da escola por vários motivos. Esses projetos no Jardim Santa Mônica e região do Campo Grande tinham como meta “nenhuma criança fora da escola até 2000”, uma meta da FEAC em parcerias com outros órgãos na época.

Após essas ações a FEAC em parceria com empresas, e como consequência dos projetos citados acima lança a campanha “Campinas pela Educação”. Essa campanha tinha o incentivo de outro programa o PQE Programa de Qualidade na Escola, o qual, além de receber incentivos de empresas da região de Campinas recebeu, também, incentivo da Inter American Foundation, ligada ao senado dos Estados Unidos. O objetivo desse projeto era a capacitação de professores de 1º a 4º séries do Ensino Fundamental, visando melhorar o ensino ministrado em português e matemática. Além disso, o projeto pretendia diminuir o número de analfabeto e analfabeto funcional na rede pública.

Os professores recebiam subsídios pelas horas de capacitação e 5 escolas em Campinas foram capacitadas. Em meio a esse cenário de projetos surgiu a parceria com os Amigos da Escola (Rede Globo) que ajudou nos laboratórios de informática da escola “EE Antonio Fernandes Gonçalves” no Bairro Vila Castelo Branco. O projeto Amigos da Escola é um projeto criado pela Rede Globo e emissoras afiliadas que tem o objetivo de “contribuir com o fortalecimento da escola pública” de educação básica por meio do trabalho voluntário e da ação solidária e implementado em parceria com o Faça Parte, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), segundo o site que faz a divulgação do projeto.

O projeto foi muito criticado e assim estudantes universitários, sindicatos e associações de professores, professores universitários e pesquisadores juntaram suas opiniões em uma mesma linha de enfrentamento, sustentando um posicionamento crítico, combativo e de denúncia. Na raiz dessa crítica, estava a visão de que um projeto promovido pela maior rede de televisão do país, a mesma que, para os setores progressistas e de esquerda, é identificada com o conservadorismo, a ditadura militar, as elites econômicas dominantes, não seria neutro em suas implicações. Pelo contrário,

poderia ser um projeto dentro de práticas veladas de manipulação da sociedade civil contra os interesses nacionais. (CALDERÓN, 2004)¹⁰

Além desses projetos grandes a FEAC participou de outras iniciativas como a da Fundação Educar DPaschoal que lançou em 1998, o Selo Educação. Que tinha como objetivo incentivar as empresas a fazer investimentos e dirigir esforços para educação. O projeto Ame a Vida sem Drogas nas escolas de Campinas com parceria entre FEAC e Mercedes Bens e o projeto Cuidar Protagonismo Juvenil na Escola Estadual Maria Matosinho no Bairro São Bernardo.

A Fundação Educar DPaschoal, pertencente ao Grupo DPaschoal foi criada em 1989 para dar suporte aos investimentos do grupo DPaschoal em programas de estímulo à leitura e educação. Atualmente são três os projetos desenvolvidos pela Fundação: o projeto Leia Comigo utilizando recursos próprios e de outras empresas através da Lei Rouanet, produz e distribui gratuitamente livros educativos para crianças e adolescentes. A Academia Educar que promove a formação de núcleos de protagonistas juvenis em escolas públicas. O Trote da Cidadania incentiva e premia universitários de todo o Brasil a promover ações sociais com os calouros.

A pedagoga da FEAC Claudia Chebabi, em entrevista, disse que o apoio financeiro da FEAC é pouco, mas que as consultorias e assessorias ajudam muito as instituições. Disse que as instituições filiadas entregam alguns documentos de avaliação da parceria (convenio de cooperação – anual; plano de ação- anual; avaliação). A FEAC tem a intenção de apoiar, qualificar e fortalecer o trabalho das instituições por isso o apoio financeiro não é o foco dela.

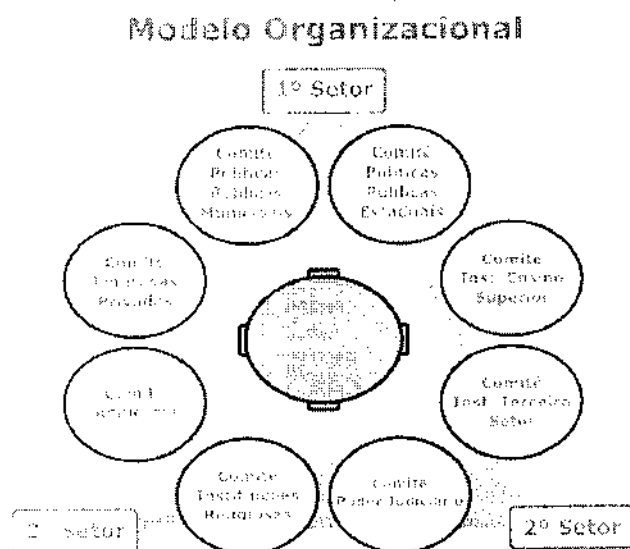
A relação entre a FEAC e o Compromisso de Campinas pela Educação dá-se primeiramente porque o articulador principal é o Arnaldo Rezende, superintendente da FEAC. O que legitima atuação da FEAC são os objetivos do plano de metas em função das estatísticas mostrarem que o Brasil está muito mal em relação à educação quando comparado a outros países. O CCE - Compromisso de Campinas pela Educação quer

¹⁰ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, coordenador do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da UMC e avaliador de cursos do INEP/MEC. Este artigo apresenta resultados da pesquisa "Participação Popular: Estudo e monitoria de ações e iniciativas voltadas para o fortalecimento das parcerias escola sociedade civil na região do Alto Tietê", financiada pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da Fapesp, executada no Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Mogi das Cruzes, pelos professores doutores Adolfo Ignacio Calderón (coordenador), Elza Maria Tavares Silva, Maria Angélica Batista e Neusa Haruka Sezaki Gritti. A pesquisa contou com apoio da FAEP-Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa e da Diretoria de Ensino – Região Mogi das Cruzes, Secretaria de Educação, Governo do Estado de São Paulo.

reverter até 2022 esse quadro, melhorando substancialmente o desenvolvimento escolar dos alunos de escola pública do ciclo básico na cidade de Campinas, este compromisso foi firmado no dia 27 de novembro de 2007 e Campinas ao longo do processo tornou-se célula do movimento nacional todos pela educação.

A FEAC foi eleita como “entidade-síntese” para estabelecer os primeiros passos do CCE, alguns trabalhos foram iniciados em 2007, como por exemplo os comitês, formados por representantes do governos (1º Setor); iniciativa privada (2º Setor) e ongs (3º Setor): comitês de políticas públicas municipais; comitês de políticas públicas estaduais; comitês dos sindicatos; comitês do poder judiciário; comitês de instituições religiosas; comitês do terceiro setor; comitês de empresas e comitês de instituições de ensino superior. Segundo Arnaldo Rezende “a primeira etapa é mobilizar de forma efetiva a sociedade civil”

Esse é um grupo da sociedade civil participante:



Fonte: Boletim CCE agosto 2008

Foram escolhidas seis escolas da rede municipal de ensino que foram seleccionadas para serem alvos do projeto piloto. A intenção é implementar nas escolas com parceria de instituições privada e do Terceiro Setor alguns programas em que os gestores públicos apostam para impactar a qualidade de ensino, entre eles estão o *Clikideia*, *Jovem.com*, *Leitura em Foco*, *Educação Integral*, *Saúde do Escolar* e *Avaliação Institucional*. Dentro do CCE a FEAC entra com 2 projetos “*Leitura em Foco*” e “*Educação em Tempo Integral*”. Além disso, a FEAC tem mais alguns projetos que foram desenvolvidos na intenção interferirem no espaço escolar.

4- As Escolas, as ONGs e a Empresas em ação

4.1 – A Escola

A **Escola Estadual Professor Álvaro Cotomacci**, situada no Jardim Novo Maracanã, região periférica de Campinas conhecida como parte da micro-região do Campo Grande, está localizada na região noroeste de Campinas pela divisão da Assistência Social e na região Oeste de Campinas pelo contexto geográfico, onde concentram-se também grandes registros de investimentos governamentais, como a ligação da rodovia SP-101 até a Avenida John Boyd Dunlop. Parte dos bairros, principalmente os localizados na região do Campo Grande e do Itajaí, são conhecidos pela grande autonomia, uma vez que se situam afastados do centro da cidade, à uma distância de 21 km. Nessa região existem famílias de renda média e baixa. O Jardim Novo Maracanã junto com o Residencial Novo Mundo contam com aproximadamente 5.000 moradores, segundo dados da Sociedade Amigos de Bairro; é um dos bairros de classe mais baixa de Campinas e há pouco tempo recebeu asfalto e infraestrutura como água e esgoto, além de ter inúmeros problemas de várias ordens como por exemplo o tráfico de drogas.

O acesso à região é feito pela Av. John Boyd Dunlop que percorre toda a extensão da região do Campo Grande até o Itajaí e divide o bairro Jardim Novo Maracanã do bairro Parque Valença, onde estão localizados o posto policial e o posto de saúde que em breve será substituído pelo pronto socorro que já foi inaugurado, mas que ainda não está em funcionamento. Atualmente os casos graves de saúde são atendidos pelo Hospital Celso Pierro, localizado no campus da Pontifícia Universidade Católica de Campinas da Av. John Boyd Dunlop.

A escola existe há 20 anos e no começo era conhecida como a escola do buracão. Com o passar do tempo foi ganhando estrutura e através de reivindicações dos moradores também foi recebendo alguns investimentos. Atualmente, atende ensino fundamental, ciclo II (5º a 8º série) e ensino médio (1º ao 3º ano). A faixa etária dos alunos está compreendida entre 11 à 14 anos no ensino fundamental, 15 à 17 anos no ensino médio regular e 17 à 48 anos no EJA. No geral a escola tem 1.013 alunos distribuídos nas diferentes séries.

A escola possui 10 salas de aula, 1 quadra, 1 horta, 1 refeitório, 1 biblioteca que não está organizada, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 cozinha e 1 cantina. Conta com um quadro de 50 professores, 8 funcionários, 1 diretor, 1 vice

diretor e 2 coordenadores pedagógicos. A atual direção está na escola há 12 anos e conta com uma organização de professores que não são rotativos, os funcionários também estão na escola há muito tempo, dentre os quais uma grande parte é morador do bairro, assim como muitos professores.

Segundo o trabalho acadêmico realizado pela diretora da escola no curso de formação de gestores do estado de São Paulo (2007) e durante conversas tidas pessoalmente a escola mantém um bom relacionamento com a comunidade, sempre são realizados eventos nos quais as famílias dos alunos comparecem, existem voluntários que participam da escola durante os eventos com apresentações e também ajudam na preservação dos espaços internos. A escola não tem muitas pichações internas, a diretora afirma que isso é uma conquista através do trabalho das relações inter-pessoais e do resgate de valores e cidadania que a escola dá muito valor.

Durante a pesquisa é fácil notar que existe uma dedicação grande da diretora para o bom funcionamento da escola, procurando sempre estabelecer e assegurar a permanência de parcerias que de alguma forma venham beneficiar a escola. A diretoria realiza muitas festas internas na escola para os alunos, confraternizações para os professores, além de eventos que envolvem a comunidade como a Festa Junina, O Dia do Talento, Campeonato Esportivo e o Sábado Dançante.

Muitos professores e funcionários são da própria região o que facilita o envolvimento com a escola nas programações extra-curriculares. Foi fácil perceber que um número considerável de professores e principalmente a diretora se relacionam com projetos da escola fora da sala de aula, isto resulta em trabalho não remunerado oferecido pelos professores. Acredita-se que este envolvimento profundo com a escola, que vai além do lecionar é que mostra como essa unidade de ensino consegue agregar vários projetos e recebê-los de forma positiva. Visto que, a escola, além de participar ativamente de vários projetos oferecidos pela Secretaria de Educação e Diretoria de Ensino, também estabeleceu parceria com os seguintes projetos privados: Fundação Bradesco, no qual enviou alunos para participarem do curso de monitores de informática, Projeto Coração Cotomacci que funcionava aos sábados e domingos com atividades esportivas e funcionamento do laboratório de informática junto à MICROCAMP e o Projeto da Academia Educar/Fundação Educar Dpaschoal (2006, 2007, 2008) e PUC II. A Diretora relata que o recebimento desses projetos proporciona aos alunos uma formação mais responsável em relação a temas como meio ambiente,

solidariedade e voluntariado proporcionando aos alunos um sentimento de que são cuidadores de si, do outro e protagonistas de ações de cidadania.

Nota-se que essa experiência com projetos e investimentos privados possibilita uma articulação da escola da forma esperada pelo parceiro, por exemplo, a escola se preocupa em não só atingir os objetivos proposto pelos projetos como ir além do esperado com o recurso oferecido. Uma maneira de otimização do recurso para surpreender o parceiro e assegurar que irá continuar investindo. Por outro lado, nem sempre a escola dá conta de todos os combinados, visto que a dinâmica normal da escola é muito agitada e os projetos são extra sala de aula. Foi fácil perceber que os professores mais envolvidos estão sempre sobrecarregados de tarefas, reuniões, relatórios entre outros, fora o trabalho oficial de planejar e dar aulas.

Indagada a respeito do que achava dos investimentos privados na escola, a diretora relata que são importantes e acredita ser um dever da sociedade a contribuição com a escola e que todas as direções deveriam buscar essas parcerias, mas relata que é muito difícil receber apoio, por isso quando conseguem sempre valorizam muito e tentam manter o parceiro. Ela faz uma crítica à Secretaria do Estado, pois diz que devido a legislações/burocracia existe um aproveitamento da Secretaria sobre as captações de recursos realizadas pelas escolas. Isto é, a escola procurar um parceiro que permite um investimento e logo aparece a Secretária colocando obstáculos burocráticos/legislativo para o recebimento daquele recurso e obriga o investidor/apoiador a passar o projeto pela Secretária antes de chegar na escola. A diretora relaciona que algumas atuações políticas da Secretaria procuram não legitimizar captações de recursos importantes emperrando processos, os quais na opinião dela deveriam ser facilitados. Ela diz saber que existe um “medo” da Secretaria no que diz respeito a quantidade de investimentos privado, mas ela não vê mal algum nesses investimentos, apenas uma vontade de melhorar o ambiente escolar que ela como diretora deve aproveitar e que acredita ser uma tendência.

A diretora ressalta que um resultado positivo é a sensação de pertencimento e melhor expectativa de vida que esses projetos trazem para os alunos da escola, visto que eles são sempre vítimas de preconceito por morarem em bairros periféricos e tão longe do centro. Ela explica que eles percebem que quando alguém os busca provavelmente mudanças serão geradas em suas vidas. Ela diz que é a primeira vez que trabalha diretamente com ONGs e diz que o trabalho está dando certo e está ciente de que os resultados mais precisos são a longo prazo e que cidadania não se mede em apenas um

ano de trabalho. Conclui ainda, afirmando que tudo que traga mais informações e mais afetividade para seus alunos com certeza vão gerar resultados positivos.

4.2 – As ONGs

As duas principais ONGs atuantes na escola são o CDI-Comitê para Democratização da Informática e o CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular. O CDI tem como missão a inclusão social através da inclusão digital utilizando as TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta de trabalho. Apesar da escola estabelecer relações com outras instituições este TCC irá focar na atuação dessas duas ONGs dentro da escola e quais foram as consequências desse trabalho.

Segue-se um breve relato das duas ONGs:

O CDI Campinas levanta como objetivo de seu trabalho o investimento nas comunidades de baixa renda, principalmente trabalhando com jovens, para que estes transformem a sua trajetória de vida a partir da apropriação empreendedora e criativa de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A idéia é que, apropriando-se destes novos conhecimentos e ferramentas, educadores e educandos possam ao mesmo tempo em que se qualificam profissionalmente, fazer uma releitura de sua visão de mundo, redirecionando sua própria trajetória e operando mudanças em sua realidade.

Segundo a Proposta Pedagógica, o principal trabalho que vem sendo desenvolvido é o ensino de informática como ferramenta para o desenvolvimento de ações sociais. Sendo assim, a proposta é que para cada conhecimento técnico computacional (como editores de texto e internet), os educandos são estimulados pelos educadores – que também pertencem à comunidade – a elaborarem um projeto que envolve um processo de reflexão e ação sobre seus temas de interesse. Neste contexto, o grupo se apropria da tecnologia de forma ativa, decidindo quando, como e para que utilizá-la. A informática é uma ferramenta para este processo, no qual o sujeito é a própria comunidade.

O principal trabalho do CDI é a abertura de EICs – Escolas de Informática para Cidadania, que funcionam, na maioria dos casos, em associações localizadas em comunidades de baixa renda ou no seu entorno. Porém também podem ser encontradas EICs nas dependências de instituições públicas ou de empresas. Ao abrir uma EIC o CDI Campinas oferece a metodologia para condução das aulas; a formação dos educadores (inicial e continuada), coordenadores e técnicos; currículos específicos para

atender a determinadas demandas; equipamentos de informática; acompanhamento pedagógico e assessoria para a gestão da EIC.

O espaço da EIC, por sua vez, precisa dispor de um espaço físico adequado para abrigar em média de 08 a 12 computadores, além de contar com alternativas que garantam sua sustentabilidade. Para isso, a comunidade ou grupo que a implementou é orientada a buscar o apoio de instituições parceiras que colaborem para sua viabilidade financeira e operacional.

Além de propor uma melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-Pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania tendo como pressuposto teórico os conceitos definidos pelo educador brasileiro Paulo Freire, pois, assim como Freire, o CDI acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo. Em resumo, os principais objetivos da Proposta Político-Pedagógica do CDI são os seguintes:

1. Oferecer capacitação de qualidade para o uso e a apropriação social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas comunidades;
2. Fomentar um processo de conscientização dos indivíduos e sua reflexão sobre a sociedade e seus aspectos;
3. Favorecer a criação de um espaço físico para discussão, participação e ação comunitária;
4. Possibilitar a construção de conhecimento, a fim de que indivíduos e comunidades exerçam sua cidadania e garantam seu desenvolvimento social, político e econômico.

O CDI espera que com o decorrer do tempo, os alunos sejam capazes de fazer uma leitura crítica do mundo, articulando-a com a situação econômica, política e cultural do lugar em que residem. Vários instrumentos são usados para esse fim, como debates, análise de fatos históricos, dados estatísticos, textos de jornais, livros, poesias, músicas, pesquisas na internet e entrevistas na comunidade.

A parceria entre o CDI e o Instituto Bosch aconteceu através do projeto fortaleça uma EIC. O projeto objetiva parcerias para o investimento social de empresas nas EICs do CDI Campinas, dentre as quais a ampliação do atendimento e manutenção, assim como o acompanhamento de suas atividades, garantindo o bom funcionamento pedagógico, de gestão e manutenção dos equipamentos. No caso da Escola Álvaro Cotomacci, eles escreveram um projeto para o CDI Campinas, durante o processo de

abertura de EICs 2007 e foram selecionados. Como o Instituto Bosch desde 2004 é parceiro do CDI Campinas apoiando às EICs em escolas da região do Campo Grande, foi sugerido pelo CDI que a Bosch apoiasse uma escola que já tinha o desejo de tornar-se uma EIC. O principal objetivo da escola quando escreveu o projeto era o de otimizar a sala de informática que foi colocada pelo governo do estado, mas que era pouco utilizada. Nesse projeto foi relatado que no passado havia uma parceria com a MICROCAMP que garantia o uso da sala, mas que desde o encerramento dessa parceria seu uso foi diminuindo, porém a escola não deixa de ressaltar no projeto citado a importância desse espaço ter sido usado pelos alunos e comunidade.

A coordenadora da Área educacional do CDI, Helena Whyte, que acompanhou o projeto desde 2004 traz alguns relatos importantes:

Perguntou-se como é a relação do CDI com o instituto Robert Bosch?

Esta relação é das mais próximas, uma das que mais cumpriu com as características do CDI. Escrevemos o projeto, que foi realmente analisado pela empresa, que se comprometeu a cumprir com suas responsabilidades. Prestamos contas com relatórios bimestrais, qualitativos e quantitativos, que são lidos pela empresa e discutidos conosco. Além disso, a empresa tem representante que participa de reuniões mensais de análise do andamento do projeto.

O CDI tem como principal referencial teórico Paulo Freire que propõe uma educação libertadora, com leitura de mundo, isto é uma e visão crítica da sociedade, por isso questionou-se como se dá a relação com as empresas diante desse pressuposto, a respostas da coordenadora foi baseada em duas situações vividas para ONG:

Temos dois casos:

1. As empresas que são parceiras, mas não vivenciam a parceria, deixam todo o desenvolvimento e avaliação do projeto em nossas mãos, neste caso fica fácil desenvolver o projeto com base em teoria de Paulo Freire, pois elas não se envolvem. Mas, apenas o projeto é baseado na teoria freireana, a parceria em si não, exatamente porque não é parceria, é apenas patrocínio.
2. As empresas que se envolvem que realizam parceria, além de patrocínio. Nestes casos é bem difícil a relação, pois sempre nos relacionamos com representantes da empresa que não tem a conscientização necessária para compreender a necessidade de transformação social, e só sabem cobrar números de formados e alunos inseridos no mercado de trabalho. A relação fica mais fácil, quando a empresa indica um representante da área social, que se dedica ao projeto e passa a participar do processo de conscientização.

Este acaba por compreender a necessidade de leitura de mundo, de intervenção na comunidade, além de fazer curso e arrumar emprego. É o caso da Bosch, que indicou uma assistente social para representá-la no projeto. Ela compreende a teoria freireana, mas precisa se relacionar internamente na Bosch com quem não compreende, o que torna o trabalho dela bem difícil.

Discutiu-se como é a relação com a prefeitura e os co-financiamentos, ela respondeu que existem e que eles vão um pouco parecidos com a relação da empresa a principal diferença é que se deve uma prestação de contas com notas, 24% dos recursos do CDI são governamentais. Ela diz que a relação com a prefeitura melhorou nos últimos 2 ou 3 anos, pois a prefeitura vem melhorando sua atuação como co-financiadora de projetos de ONGs, segundo ela por conta da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social e do amadurecimento da sociedade civil brasileira.

O DOAR (Demonstrativo de Onde Aplicamos os Recursos) é o relatório de responsabilidade social, balanço social, que o CDI Campinas publica desde 2001 com o objetivo de divulgar para a sociedade os investimentos e resultados alcançados nos projetos de inclusão digital desenvolvidos nas comunidades de atuação através das Escolas de Informática para Cidadania.

Abaixo planilha– fonte <http://www.cdicampinas.org.br/balanco.htm>

Balanco Social / 2007 Modelo para instituições de ensino, fundações e organizações sociais

1 – Identificação

Nome da Instituição: CDI CAMPINAS - Comitê para Democratização da Informática

CNPJ : 04.341.844/0001-57

Tipocategoria (conforme instruções):

Natureza Jurídica: (X) associação () fundação () sociedade sem fins lucrativos? (X) sim () não Isenta da cola patronal do INSS? () sim (X) não

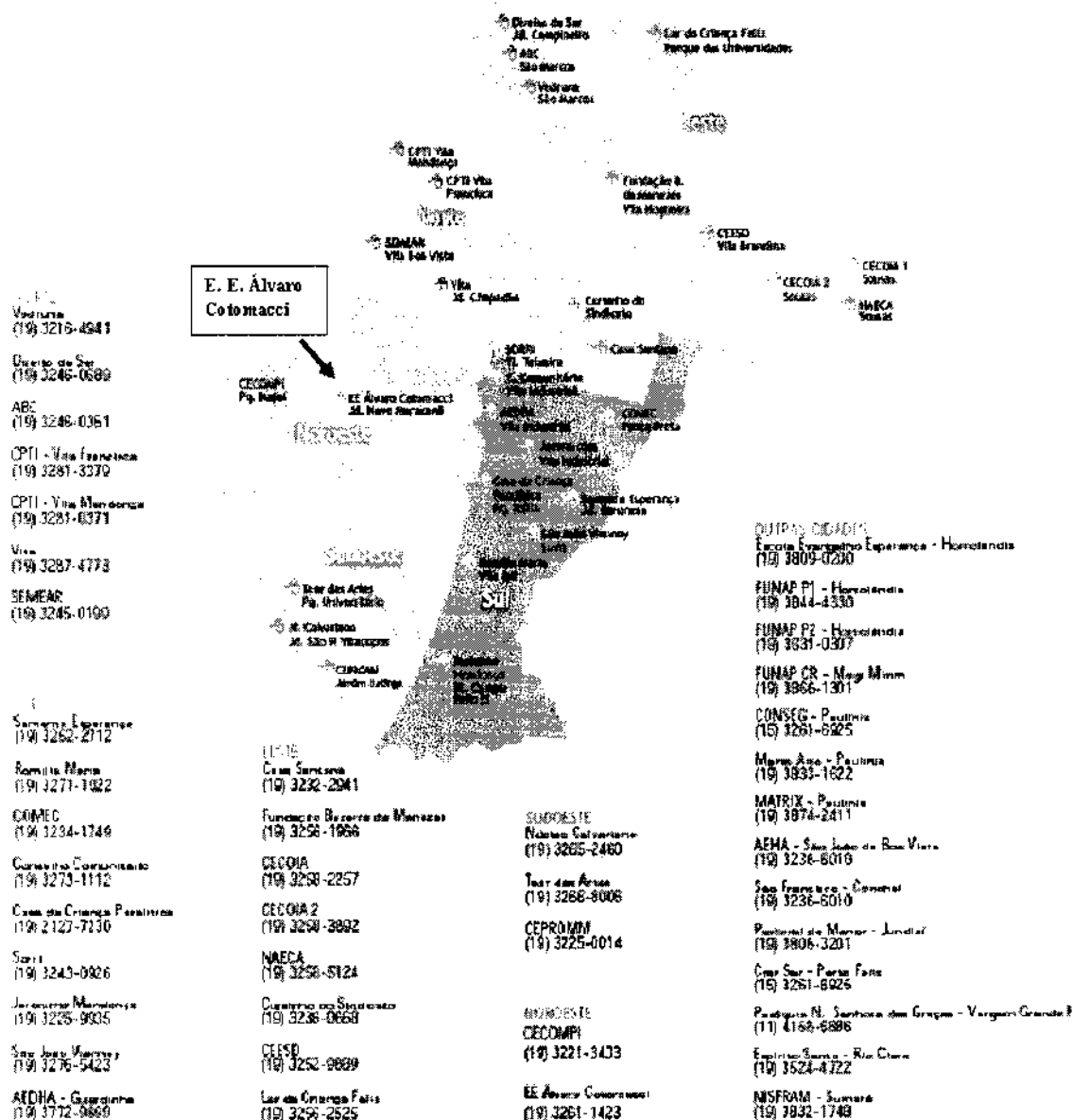
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? () sim (X) não Possui registro no: (X) CNAS () CEAS (X) CMAS

De utilidade pública? () não Se sim, (X) federal () estadual (X) municipal Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? () sim (X) não

	2007		2006	
2 - Origem dos recursos				
Receitas Totais	437.976,81	100%	251.833,00	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	106.950,00	24,42%	110.159,00	43,74%
b. Doações de pessoas jurídicas	97.382,66	22,23%	92.208,00	36,61%
c. Doações de pessoas físicas	0,00	0,00%	470,00	0,19%
d. Repasse CDI Matriz	10.009,00	2,28%	500,00	0,20%
e. Receitas financeiras	4.046,44	0,92%	11.185,00	4,44%
f. Destinação de imposto de renda (1% e 6%)	214.922,81	49,07%	36.187,00	14,37%
g. Outras receitas	4.674,80	1,07%	1.124,00	0,45%
3 - Aplicação dos recursos				
Despesas Totais	448.757,06	100%	254.871,00	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)	48.754,36	11,09%	11.366,00	4,46%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	252.896,17	56,35%	161.168,00	63,24%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	146.106,54	32,56%	82.337,00	32,31%
c1. Operacionais	97.967,09	21,82%	38.856,00	15,28%
c2. Impostos e Taxas	5.889,21	1,31%	2.264,00	0,89%
c3. Serviços com terceiros (serviços de manutenção predial)	31.013,00	6,91%	24.248,00	9,51%
c4. Outras aplicações	11.136,74	2,52%	16.869,00	6,62%
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade				
a. Inclusão Digital				
Nº pessoas beneficiadas	256.854,49	58,65%	R\$ 147.990,00	58,05%
	4.803		4.278	
Nº entidades beneficiadas	51		58	
b. Encontro da Cidadania da Rede CDI Campinas				
Nº pessoas beneficiadas	R\$ 2.803,00	0,64%	R\$ 3.406,41	1,34%
Nº entidades beneficiadas	581		316	
Nº entidades beneficiadas	29		29	
c. Simposio Regional de Inclusão Digital				
Nº pessoas beneficiadas	R\$ 7.083,00	1,62%	R\$ 4.864,60	1,91%
	150		150	
Nº entidades beneficiadas	47		52	
d. Fomção de Equipe de EIC				
Nº pessoas beneficiadas	R\$ 171.236,32	39,1%	R\$ 98.640,00	38,70%
Nº entidades beneficiadas	253		101	
Nº entidades beneficiadas	47		59	
Valores totais	R\$ 437.976,81	100,00%	R\$ 254.871,00	100,00%

O Balanço Social do CDI mostra a identificação da instituição, a natureza jurídica que é de associação sem fins lucrativos e não isenta de cota patronal não possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social e também no Conselho Municipal de Assistência Social e Utilidade Pública Municipal.

Na planilha também identificamos que é um ONG que em 2007 custou R\$ 437.976,81, desse valor 56,35 % é investido em Recursos Humanos (salários + benefícios + encargos) e 32,56 % é usado em gastos, operacionais, estrutura física, impostos taxas e outras aplicações. De todos os recursos captados pelo CDI 49,07 % foi originado da destinação de impostos através de pessoa física e jurídica, 24,42 % vem de recursos governamentais (subvenções) e o restante está entre doações e outros. Com esses valores o CDI atendeu 51 instituições, 4.803 pessoas com um quadro de 22 funcionários. Os mantenedores são a ESSO, Motorola e a Prefeitura de Campinas através do projeto Jovem.com e outro patrocinadores: Instituto Robert Bosch; Medley; CPFL; EATON; Bandag; CPQD e Biovet.



mapa da atuação do CDI Campinas - fonte: <http://www.edicampinas.org.br/balanco.htm>

O Mapa mostra as instituições parceiras e em quais regiões de Campinas o projeto do CDI atingi.

O **CEDAP** – Centro de Educação e Assessoria Popular tem como propósito apoiar e assessorar os movimentos populares e lideranças comunitárias de Campinas e região, na luta pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Consolidou-se como centro de referência na formação de lideranças para o trabalho comunitário e social em bairros periféricos e no trabalho com a juventude, que visa à prevenção aos riscos sociais, principalmente à AIDS, à gravidez na adolescência e às drogas.

Atualmente, o CEDAP conta com uma equipe de profissionais e educadores sociais, responsáveis pelo trabalho político-pedagógico, técnico e administrativo. Este trabalho está organizado em quatro frentes de ação:

1. Programa Articulação de Comunidades

- "Formação de Lideranças para o Trabalho Comunitário e Social"

2. Programa Saúde e Cidadania

- "AIDS e Juventude"
- "Falando pra Galera: AIDS e Prevenção"

3. Programa Juventude e Cidadania

- "Jovem Convivência"
- "Ileaô"

4. Programa Articulação e Fortalecimento Institucional

- "Fortalecimento da Atuação Técnica e Organizacional"
- "Articulação Institucional"

Além disso, a demanda chega para o CEDAP conforme cada projeto. No projeto AIDS e Juventude, foi à empresa quem procurou a organização. Nesse caso, então, é o CEDAP que irá até a comunidade para sensibilizá-la a participar das oficinas e atividades propostas pelo programa, como é realizada a parceria com a Bosch e a Escola Estadual Álvaro Cotomacci. Atualmente as principais atuações são na escola e também com a Fundação Casa (antiga FEBEM), na qual é desenvolvido um trabalho sobre saúde e cidadania com os adolescentes que estão em cumprimento de medida sócio educativa de privação de liberdade. Também, acontecem algumas atividades na própria sede do CEDAP.

A parceria com o Instituto Bosch se dá em 2004, assim como também se deu a parceria com o CDI. Como já citado a Bosch em 2003, fez uma pesquisa entre seus funcionários, "Chão de Fábrica", e descobriu que a maioria deles residia na região noroeste de Campinas, isto é, parte morava na região do Campo Grande. A partir desta pesquisa, as ações do Instituto Bosch foram planejadas para serem desenvolvidas naquela região. Foram contatadas as organizações que já possuíam ações naquela região e o CEDAP foi convidado a desenvolver o projeto AIDS e Juventude. Este projeto é executado desde 1995 na organização, ele é o marco inicial dos trabalhos com a juventude e consiste basicamente em desenvolver oficinas de sexualidade em escolas públicas para nuclear um grupo de adolescentes multiplicadores para aprofundar os temas relativos à sexualidade e promover a participação social deles. Também são feitas

oficinas de sensibilização para professores e profissionais da saúde, com temas relativos à juventude.

Na Escola foram realizados os seguintes trabalhos:

- Grupos sócio-educativos de prevenção as DST/AIDS e Protagonismo Juvenil;
- Grupo de escuta com os alunos selecionados pelos professores e coordenação realizados por estagiárias de psicologia e uma psicóloga;
- Encontros temáticos com os professores;
- Formação continuada com professores e profissionais de entidades do entorno da escola;

O CEDAP tem como suas principais bases teóricas o educador Paulo Freire, assim como o CDI, e o Educador Antonio Carlos Gomes da Costa, ambos defensores de uma educação popular voltada par as classes sociais excluídas e de manifestação crítica em defesa dos direitos e deveres. Em políticas públicas estão sempre amparados pelo ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, SUAS - Sistema Único de Assistência Social e SUS - Sistema Único de Saúde. A Educadora do CEDAP diz que relacionar-se com a empresa é um momento de aprendizado, já que a empresa e o CEDAP precisam trabalhar conjuntamente, sendo assim, essa situação leva as partes a se adequarem as filosofias de ambas, porém sem perder a essência do trabalho uma da outra. Ela ressalta que esta é a única parceria do CEDAP com empresas.

Existem ainda os projetos co-financiados pelo município e também em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Os projetos co-financiados possuem recursos diferentes e são renováveis anualmente mediante a entrega de um Plano de Trabalho que responda as necessidades e propostas do edital da prefeitura. O Projeto com o estado será financiado por dois anos e poderá ser renovado quando houver um novo edital.

4.3- O Instituto Robert Bosch

Pesquisou-se um pouco o histórico e algumas práticas do instituto ao longo do tempo, descobriu-se que por decisão testamentária do fundador do Grupo Bosch, o capital da empresa foi dividido em duas partes: 8% para a família Bosch e 92% para uma fundação sem fins lucrativos, a Fundação Robert Bosch.

Estabelecida na Alemanha em 1964, a Fundação Robert Bosch é uma das maiores fundações associadas a uma empresa privada. Seus investimentos são direcionados para as seguintes áreas:

- Saúde e Pesquisa na Área da Medicina;
- Relacionamento Internacional;
- Formação e Educação de Jovens;
- Pesquisa em Áreas Científicas;

É minha intenção, além de contribuir para amenizar as diversas formas de carência, promover o desenvolvimento moral, físico e intelectual das pessoas. (Frase dita em 1935, por Robert Bosch.)

A exemplo do que já ocorre na Alemanha, em 1971 foi constituída a Associação Beneficente Robert Bosch, em Campinas-SP, que em 2004 passou a ser designada Instituto Robert Bosch.

O instituto em Campinas se constitui como uma parte social da empresa, o Instituto é responsável pela gestão das políticas, diretrizes e recursos dos projetos sociais, culturais, ambientais, educativos, de preservação e formação dos patrimônios histórico-cultural e médico-hospitalar. Os projetos são realizados por iniciativa própria ou em parceria com instituições externas, como são as parcerias com o CDI e, CEDAP.

Os investimentos sociais são sempre priorizados onde se concentram o maior número de funcionários ou próximo às unidades fabris. Em Campinas temos duas unidades da Bosch uma na região do bairro Vila Boa Vista, região norte na divisão da Assistência Social e outra no bairro São Bernardo, região sul na divisão da Assistência Social. A unidade do bairro São Bernardo realizou uma pesquisa para saber em que região de Campinas está concentrada a maioria de seus funcionários e descobriram a região do Campo Grande, na qual desde 2004 vem-se realizando atividades sociais com o CDI, CEDAP, Núcleos e Posto de Saúde.

A educação é o objetivo principal desses investimentos, que possuem três focos de atuação: profissionalização de adolescentes, conscientização de meio ambiente/saúde ligada à qualidade de vida e incentivo à cultura. Por isso, a escolha do CDI, CEDAP, Núcleos e Posto de Saúde que atendiam a esses objetivos colocados a priori.

Anualmente, são investidos pelo Instituto mais de 3 milhões de reais em projetos de responsabilidade social e cultural, com foco na auto-sustentabilidade das comunidades e entidades assistidas no Brasil, sendo que, em conjunto com a empresa Bosch o investimento ultrapassa 4 milhões de reais. Em todo o país, mais de 32 mil pessoas são beneficiadas direta e indiretamente nas comunidades onde o Instituto atua. Um exemplo da participação do Instituto no contexto cultural foi a implantação do Centro de Memória Bosch, em 2003, com o objetivo de resgatar, preservar e disponibilizar informações que expressam a evolução da história da empresa, de suas marcas e dos setores em que atua, no contexto da industrialização brasileira. Dessa forma, o Instituto Robert Bosch acredita exercer o compromisso do Grupo Bosch com a responsabilidade social, principalmente com a comunidade externa, isto é, que está fora da empresa, que não são funcionários diretamente. Mesmo fora de sua atividade empresarial, seu empenho social era diversificado.

A combinação de metas econômicas com dimensões sociais e ecológicas tem um alto valor para a Bosch. “Temos plena consciência de que nossas ações empresariais devem estar em plena harmonia com os interesses da sociedade. Nossos produtos e serviços atendem, sobretudo, à segurança das pessoas, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.”

Em Campinas, o instituto Bosch se relaciona da seguinte forma, divididos em projetos sociais e projetos culturais.

1) Peça por Peça

Criado em 2000, o programa Peça por Peça busca minimizar os problemas da comunidade de Vila Verde, em Curitiba, e na Vila Boa Vista, em Campinas. O programa caracteriza-se pela sua flexibilidade e valorização do papel da educação.

2) Programa ABS

O programa ABS - Ação Bosch Social - é uma iniciativa dirigida à população carente da região do bairro Campo Grande, em Campinas-SP. Lançado em 2004, com a participação de colaboradores voluntários da unidade II da Bosch em Campinas

Para integrar os esforços e o conhecimento da rede social que já atuava na região, foram firmadas parcerias com a Prefeitura Municipal de Campinas, o Comitê para a Democratização da Informática - CDI, o Centro de Educação e Assessoria

Popular - CEDAP e a Fundação FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

O CEDAP entra no projeto com a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção às vulnerabilidades a que adolescentes estão expostos, especialmente a sexualidade e as DST/Aids junto a adolescentes, professores e profissionais da micro-região do Campo Grande, bairro de Campinas-SP. Desenvolvendo adolescentes multiplicadores para dar continuidade no projeto.

O CDI entra com a função de contribuir no processo de inclusão digital e social de adolescentes em informática. Em 2008, iniciou-se nova etapa do projeto com a seleção da Escola Álvaro Cotomacci. Ao longo desses anos da parceria o projeto atuou na Escola Municipal Edson Luis Chaves no Jardim Santa Rosa com 499 formados no curso básico de informática para cidadania e 43 multiplicadores que atuaram no projeto e também na Escola Estadual Carlos Alberto Galhiego com 199 formados e 31 multiplicadores, as duas escolas também situadas na região do Campo Grande.

A organização formalizou suas práticas corporativas já existentes através da publicação, em abril de 2004, dos Princípios Básicos de Responsabilidade Social da Bosch, válidos para todas as unidades da empresa:

Princípios da Responsabilidade Social –

1. Direitos humanos

Respeitamos e apoiamos em conformidade com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

2. Igualdade de chances

Respeitamos a igualdade de chances aos nossos colaboradores, independentemente de cor, raça, gênero, nacionalidade, proveniência social, portadores de necessidades especiais e orientação sexual. Respeitamos as convicções políticas ou religiosas dos nossos colaboradores, na medida em que estas se baseiem nos princípios democráticos e na tolerância em relação àqueles de opinião diferente.

3. Integração de pessoas portadoras de necessidades especiais

Para nós, portadores de necessidades especiais possuem direitos iguais na sociedade e na vida empresarial. O apoio a estas pessoas e a sua integração na empresa, assim como a cooperação respeitosa entre nós, são princípios fundamentais da nossa cultura empresarial.

4. Liberdade de escolha do trabalho

Respeitamos o princípio da liberdade de escolha e rejeitamos qualquer forma de trabalho forçado.

5. Direitos das crianças

Não toleramos o trabalho infantil e respeitamos os direitos das crianças. As disposições das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT são observadas em todas as empresas do Grupo Bosch.

6. Relações com os representantes dos trabalhadores

Reconhecemos o direito fundamental de todos os colaboradores a formarem sindicatos e a filiarem-se aos mesmos por livre e espontânea vontade. Colaboradores não são privilegiados ou prejudicados devido à sua filiação a sindicatos ou órgãos de representação dos trabalhadores. No quadro das respectivas disposições legais - desde que estas estejam em harmonia com a Convenção nº 98 da OIT - respeitamos o direito a negociações coletivas sobre a regulamentação das condições de trabalho e aspiramos junto com os nossos parceiros uma cooperação construtiva marcada por confiança e respeito mútuos.

7. Condições justas de trabalho

As nossas condições para salários e encargos sociais correspondem no mínimo aos padrões legais nacionais ou locais, às respectivas disposições legais ou aos respectivos acordos. Respeitamos as disposições da Convenção nº. 100 da OIT referente ao princípio da igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor. As disposições legais nacionais sobre horários de trabalho e férias são respeitadas. Todos os colaboradores que se sentirem tratados de modo injusto ou desfavorecidos em relação às suas condições de trabalho têm o direito de reclamar junto ao seu gestor direto ou superior. Esta reclamação não ocasionará em desvantagens para os colaboradores.

8. Segurança e higiene do trabalho

A segurança no local de trabalho e a saúde física dos nossos colaboradores são para nós prioridade máxima. A Bosch respeita os respectivos padrões nacionais para um ambiente de trabalho seguro e higiênico e toma, neste contexto, as medidas adequadas

para garantir a saúde e a segurança no local de trabalho, assegurando assim, condições saudáveis no emprego.

9. Qualificação

Incentivamos medidas de qualificação dos nossos colaboradores que lhes permitam adquirir habilidades e conhecimentos, assim como ampliar e aprofundar sua capacitação profissional e técnica.

10. Meio Ambiente

Engajamo-nos em prol da conservação e proteção do meio ambiente. Além disso, contribuímos para a melhoria contínua das condições de vida nos locais onde se situam nossas fábricas. Os nossos princípios de proteção ambiental refletem a responsabilidade pelo meio ambiente e formam a base de inúmeras iniciativas que são realizadas por toda a Organização.

A Bosch não trabalhará com parceiros que, comprovadamente, não observam os direitos fundamentais dos trabalhadores estabelecidos pelas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Relacionamento com as ONGs

O relacionamento da Bosch com as ONGs é direto, no caso do CDI e CEDAP a Assistente Social Alexandra Bartelli faz o acompanhamento dos projetos indo até a escola, fazendo reuniões mensais com as ONGs e analisando os relatórios bimestrais. Nas reuniões os projetos são sempre bem avaliados, principalmente quando comparados com os anos anteriores, nos quais foram tidos muitos problemas com as escolas que receberam os projetos, contratação de educadores e mesmo participação dos alunos que não aderiram ao projeto. Ela disse que os maiores resultados são os jovens e crianças que estavam excluídos e sem oportunidades e que com a participação nesses projetos agora apresentam outras perspectivas de futuro, resgatando novamente seus sonhos. Entretanto, disse que a maior dificuldade é assegurar a auto-sustentabilidade dos projetos, pois quando a Bosch deixa de investir muito, acabam terminando.

Sobre essa discussão o analista de responsabilidade Social do Instituto Robert Bosch, em uma reunião de integração com as ONGs, Otavio Antoniaci, diz que entende que esse é um objetivo difícil, pois não depende somente da empresa que

investe pontualmente mais sim de toda uma organização do governo no viés das políticas públicas, ele até demonstra interesse em entender esse processo, pois diz querer saber até que ponto é interessante que o instituto deve influenciar.

A assistente social diz que o trabalho da Bosch de responsabilidade social é uma tendência do mercado e as empresas que não começarem a caminhar nessa direção com certeza estarão fora. Porém, ressalta que essas ações estão muitas ainda no discurso e que na prática existem poucas mudanças e poucos investimentos.

4.4 - Relacionamentos entre os atores

Nas reuniões de integração que são realizadas uma vez por mês toda segunda segunda-feira de cada mês entre a empresa Bosch, as ONGs (CDI e CEDAP) e a Escola percebe-se que existe de forma geral uma boa relação entre os atores. Porém, é nítido que tais reuniões com a presença da representante oficial dos projetos acontecem um pouco numa cobrança de como vem acontecendo os projetos e de como estão sendo empregados os recursos da empresa, pois nessas reuniões as ONGs juntamente com a escola devem contar como estão os andamentos dos projetos, resultados e dificuldades. Sempre são lembradas as metas previstas nos projetos e as datas de entregas dos relatórios bimestrais.

Na última reunião de integração do ano, 03/11/08, na qual foi feita uma breve avaliação dos projetos na escola durante o ano de 2008 os dois professores responsáveis pelos projetos do CDI e CEDAP na escola ressaltaram que não conseguiriam medir, por exemplo, quantas meninas não irão mais engravidar no caso da temática do projeto do CEDAP, mas que com certeza os alunos participantes dos projetos, que não eram obrigatórios, tiveram uma mudança nítida em relação a disciplina e ao relacionamento com a escola (estrutura física, professores e funcionários). De uma forma geral, a fala dos professores é de que eles se vêm reconhecidos por terem participado dos projetos.

Os professores, também colocaram que sentiram falta de uma formação para os docentes mais focada nos problemas da escola, visto que acharam importantes as formações oferecidas pelos projetos, mas que poderiam ter esse foco mais específico. A educadora responsável pela atuação do CEDAP na escola levanta que tentaram realizar o possível dentro do que poderiam fazer enquanto ONG parceira e também enquanto recursos financeiros destinado para essa atuação e que apesar dos resultados serem positivos o dinheiro previsto no projeto no início do ano foi menos do que eles precisavam e que também as ações realizadas foram bem mais numerosas que as previstas no projeto. Ainda levantou um questionamento importante sobre as políticas públicas, no qual ela disse que deve se pensar na responsabilidade do estado que gasta muito com formação e questionar porque não chega até a escola, já que o estado tem por obrigação esse papel.

Discutiu-se que mesmo que a parceria CEDAP, CDI e Instituto Robert Bosch já acontece há quatro anos, em cada escola da região que os projetos chegam é uma realidade diferente e uma recepção diferente por parte das escolas. Apesar de se

aprender muito com tudo isso se torna difícil prever recursos e metas exatas, pois nesse ano faltou recurso devido à efetivação de muitas ações e envolvimento da escola, enquanto em outros anos foi-se devolvido recurso para o instituto porque não se alcançaram as metas e não houve uma boa aceitação das escolas. Anteriormente o projeto aconteceu em uma escola municipal e em outra escola estadual.

A representante da Bosch conta que para o ano que vem o instituto Bosch ainda não sabe como serão as atuações, visto que estão sofrendo várias modificações em relação aos investimentos, diz que com a atual crise dos Estados Unidos a situação piorou, algumas empresas pelo mundo foram fechadas e a Bosch Campinas está demitindo várias pessoas. Então as ONGS deverão em parcerias com a escola escrever projetos e esperar uma resposta ainda não definida para o próximo ano. Além disso, existia uma promessa da Bosch para a escola através da ajuda de voluntários para a limpeza e melhora da estrutura física, pois a diretora tem o grande desejo de construir um quiosque para aumentar o espaço de lazer dos alunos, porém a representante da Bosch já deixou claro que para esse ano será impossível.

Com isso, a diretora manifestou que a escola não ficará parada e já estabeleceu parceria com o projeto “mãos que ajudam” da igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Este projeto já atendeu cerca de 550 escolas em cinco anos de trabalho voluntário. Além de pintura, também são feitas reformas em pias, troca de portas, trabalho de jardinagem, pequenos consertos na parte hidráulica e elétrica das escolas. Tudo é feito conforme a necessidade de cada unidade pública atendida. Este ano, o projeto está dentro da ação iniciada pelo Governo Federal "Todos pela Educação", e tem o apoio das secretarias de Educação do País, iniciativa privada e comunidade escolar. Em contrapartida aos benefícios recebidos, todas as escolas participantes terão como meta a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A representante da Bosch também informa que o projeto sofrerá modificações no seu formato para 2009, pois a tendência é que alguns tipos de investimentos entrem por vias da Diretoria de Ensino devido às legislações que no caso do novo projeto da Bosch, Peça por Peça, já referido acima, o qual a escola deverá escrever projetos junto com os professores responsáveis que costumam assumir responsabilidade de atividades extracurriculares, não ficou muito claro ao que se refere se os professores envolvidos serão remunerados ou voluntários, pois ela disse que é um projeto ainda em construção em Campinas e que deu muito certo na Bosch Curitiba. Porém ressaltou um fato importante que consiste em que o projeto Peça por Peça possa influenciar nas questões

pedagógicas da escola e que a meta do novo projeto é modificar a escola como um todo, fazendo com que o projeto entre na raiz da escola e da educação.

Dentro desta fala temos uma abertura para tentar entender como o estado está abrindo portas para os investimentos privados, apesar da fala da diretora anteriormente ser de que ela pensa que existe um medo da secretaria de estado com relação a esses investimentos, deixando nítido que na verdade a abertura acontece dentro de um viés de políticas públicas no qual a Secretaria pode ter o papel de legitimar o investimento privado como já acontece de outras diversas formas segundo ADRIÃO (2006):

municipalização do ensino fundamental e alteração no padrão de intervenção estatal, resultam inúmeros arranjos políticos institucionais forjados pelas administrações municipais paulistas para, na melhor das hipóteses, responder as demandas educativas assumidas. Num quadro de despreparo técnico e escassez de recursos, as conseqüências das opções governamentais parecem indicar para introdução de mecanismos de privatização da educação municipal.

Apesar de a autora trazer o contexto municipal de ensino pós municipalização, esse desespero pelo investimento privado e para a passagem de responsabilidade é visto na fala da diretora da escola quando diz que todo apoio é válido e aceito dentro da realidade escolar e também encaixa com a fala da Bosch quando diz que para investir de forma legal é melhor que o recurso entre por meio da Secretaria de Ensino contradizendo o ECA no qual diz que a APM tem esse caráter de pessoas jurídica:

a APM é o braço social da unidade escolar e a ela compete prestar a assistência de natureza social que o aluno ou sua família venha eventualmente a necessitar. Dotada de estatuto próprio, de CNPJ e de diretoria legalmente constituída, a APM é uma organização não-governamental incrustada dentro da unidade escolar e deve agir como tal, praticando todos os atos permitidos às ONGs, inclusive ter patrimônio e recursos humanos próprios, fazer captação de recursos e representar seus associados civil e criminalmente. SILVA (2008)¹¹

¹¹ Roberto da Silva é pedagogo (UFMT 1993), mestre (USP 1998) e doutor em Educação (USP 2001). Desde 2002 é professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atuou como conselheiro científico do Instituto das Nações Unidas para Prevenção ao Delito e Tratamento da Delinquência (ILANUD), conselheiro do UNICEF e consultor da Organizações dos Estados Ibero Americanos (OEI). Dentre outras, leciona a disciplina Teoria e prática do ECA na Escola para alunos do Curso de Pedagogia.

Sem contar que existe a proposta da empresa em dizer que irá entrar na raiz da escola influenciando no projeto político pedagógico de tal forma a alterar toda a escola que passa a caminhar conforme as regras de uma empresa. Devido ao desespero que vem vivendo a educação no país, evidenciado no papel da diretora quando quer agarrar de todas as formas qualquer tipo de ajuda seja em dinheiro ou em prestação de serviço. É bem provável que se tenha uma aceitação grande das escolas a esse tipo de investimentos, uma vez que o estado não dá conta de suprir toda a demanda educacional (estrutura física, manutenção, projetos extra-curriculares, material didáticos, formação inicial e continuada de qualidade para os professores) e ainda legítima essas ações através do decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 – Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, como é o projeto “Mãos que Ajudam” citado acima.

A coordenadora da área educacional do CDI, quando interrogada sobre os investimentos privados na educação pública diz que infelizmente é um mal necessário:

Vejo hoje como um mal necessário, muito parecido com as cotas de universidades para estudantes de escola públicas e/ou negros. O ideal é não precisarmos de cotas, porque a escola pública básica é boa, e todos têm a mesma chance de entrar na faculdade, mas não é o que temos hoje... Assim, criamos as cotas, como solução temporária, para quebrarmos paradigmas, para cortarmos o círculo vicioso, etc. Vejo assim também o investimento privado na escola pública tem que ser temporário, tem que ter o objetivo de aumentar a qualidade da escola pública através da conscientização de professores e alunos, para que vejam luz no final do túnel, e acreditem no poder da luta pela escola pública de qualidade. Se o investimento for para "cobrir o buraco do estado" e fazer o que o estado não dá conta, está furado, aí é melhor não acontecer. Mas se for com o objetivo de transformação social e conscientização, vejo com bons olhos.

Dentro dessa discussão a Coordenadora Pedagógica da Escola e também responsável em acompanhar o projeto do CEDAP na escola, levanta alguns pontos importantes das parcerias público privado na escola, dentre os quais afirma que esses investimentos nunca são desprovidos de interesses que dizem respeito à finalidade da empresa privada, isto é, o lucro. “Talvez, nem tenha como ser diferente. Dessa forma muitas vezes, os projetos ficam amarrados, como pude sentir esse ano, que foi minha primeira experiência desse tipo.”

Ela ainda avança na discussão da transferência de responsabilidades, no qual ela demonstra restrições aos investimentos privados principalmente quando o estado aceita

e incorpora como política pública. ADRIÃO (2007) discute essas transferências que já vem ocorrendo na educação, na qual ela diz que passam a existir diversos arranjos locais para atender as demandas, entendendo que a gestão (estados) deixa para as pontas das esferas governamentais as responsabilidades educacionais, resultando em desespero das direções escolares mais comprometidas com as demandas educacionais e que por muitas vezes agem na boa fé, porém sem amparo institucional abrindo portas para todos tipos investimentos sem importar com o que isso vai gerar ou as mudanças que vai causar na estrutura escolar.

“Dessa forma, aceitar a entrada de uma empresa privada no ambiente escolar é jogar um jogo que, pra mim, as regras são distorcidas, parece “o mal necessário” pra que alguma coisa aconteça, pra conseguirmos resolver os problemas que enxergamos e que o Estado se ausenta de resolvê-los.” (Maria Beatriz Carboni, Coordenadora Pedagógica da EE Álvaro Cotomacci).

A educadora do projeto do CDI na escola disse que é muito positivo esses tipos de investimento porque sozinha a escola não daria conta de fazer com que a sala de informática fosse utilizada pelos alunos, porém se mostra preocupada com os reflexos que esses investimentos privados podem causar nas políticas públicas educacionais. A educadora relata que apesar de gostar do projeto e ter visto bons resultado, como uma melhora na auto-estima dos alunos, ressalta que seu trabalho era um pouco cansativo por ter muitas aulas próximas e que os computadores também davam muitos problemas, o que muitas vezes dificultavam as aulas.

Além disso, o professor que era responsável pela EIC também realizava outras várias atividades na escola, o que tornava difícil um melhor apoio para o projeto se desenvolver da melhor forma. Na fala da educadora tiveram dois pontos importantes que ela de forma indireta coloca na conversa que foram a sensação de sentir-se pressionada, visto que o projeto tinha que dar certo, já que havia um investimento externo e o salário, que segundo ela era baixo para a quantidade de horas trabalhadas e o fato de que não havia auxílio alimentação, pois o regime de contratação do CDI acordado com a Bosch era de estagiária. A educadora atuou somente no primeiro semestre e deixou o projeto em função do baixo salário e por ter se formado na faculdade. Uma exigência do projeto era que o educador estivesse cursando o ensino superior para facilitar a contratação em forma de estágio.

5 – Considerações finais

Com a referente pesquisa pôde-se perceber como a discussão do estado e mercado é grande e possibilita muitas opiniões e posturas diferentes sobre o mesmo tema. Diante disso, percebe-se que as mudanças que envolvem o conceito de Terceiro Setor é a afirmação e também cobrança de uma participação ativa da sociedade civil em relação ao estado e ao mercado. Sendo assim, tal fenômeno resulta em importantes observações; estas três esferas ocupam papéis diferentes e seguramente permitem grandes questionamentos. A principal questão é a divisão entre estado (público) e mercado (privado), na qual a sociedade e os poderes políticos reduzidos às posições de que só o que estatal é público e seguidamente o que não tem um bom funcionamento é corrupto e deixa-se de reconhecer o caráter público e também político da sociedade civil.

Apesar dessa divisão ideológica sabe-se que no caminhar da sociedade/comunidade essas esferas dialogam. Na prática, tais esferas têm uma fronteira pequena mesmo que conflitante, mas que ao longo caminham nas resoluções de problemas e defesas de direitos e interesses da sociedade. Vale ressaltar que essa relação entre as lógicas do mercado e estado é bastante problemática, pois os valores de cada um e a ideologia transitam entre os vários campos e momentos da discussão e práticas. Então observa-se que a participação da sociedade civil configura-se de diferentes formas conforme o objetivo e a ideologia. Essa diversificada postura é o que irá caracterizar os diferentes conceitos de Terceiro Setor que existem, como já tratados no início da pesquisa.

Dentro dessas diferentes posturas pode-se identificar algumas diversificadas propostas de atuação. Segundo FERNANDES (1994) uma grande parte do Terceiro Setor está relacionado e sensibilizado nos valores morais de solidariedade, amor ao próximo e voluntariedade, os quais encontram-se em ONGs e Movimentos Sociais de base, muitas vezes vinculados a religiões. O conceito de Terceiro Setor também foi apropriado de uma forma incisiva e de destaque por parte dos neoliberais, defensores da transferência das responsabilidades do estado para sociedade civil, os quais utilizam como argumentos básicos a crítica ao estado como um órgão desorganizado, burocrático e corrupto ao contrário do mercado, esfera privada, que seria o exemplo de organização, eficácia, competência e rapidez.

Tarso Genro (1995) em *Reforma do Estado e Democratização do Poder Local* levanta como exemplo outra forma de participação da sociedade civil, o Orçamento

Participativo vivenciado fortemente pelo município de Porto Alegre – RS e também durante a gestão do Prefeito Antonio da Costa Santos¹² em Campinas. Para Genro o orçamento participativo é uma mostra da necessidade do estado Brasileiro recuar do “controle monopólico” que a esfera pública vem exercendo passando a compartilhar o poder de decisão com a sociedade civil sem transferir as responsabilidades públicas para esta, dessa forma a sociedade conquista um caráter público de controle sobre o estado, sendo esta uma proposta desafiadora para democracia. No entanto, percebemos que o conceito do Terceiro Setor esta em disputa pelas diferentes esferas da sociedade, sendo utilizado de formas muito diferentes conforme as necessidades e objetivos de cada grupo.

Porém, ao ver este cenário avaliou-se que os motivos que fazem o Terceiro Setor ser utilizados em diferentes objetivos políticos e sociais é o de que apesar de antagônicos os objetivos, ambos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva DAGNINO (2000)¹³. Além disso, o que torna a discussão sobre Terceiro Setor mais difícil é que este assunto é extremamente novo e contemporâneo, o qual todos estamos vivendo e somos atores desses fatos, convivendo com vários e diferentes tipos de práticas no terreno do Terceiro Setor.

Contudo, não há como negar que o assunto Terceiro Setor, está intrinsecamente ligado ao interesse do mercado, à ação social empresarial, ou seja, o que se chama de responsabilidade social. Durante a pesquisa pode-se analisar dados sobre os investimentos empresariais em ações sociais, o número de empresas que investem, quais as áreas sociais mais investidas, destacando-se os investimentos em setores que atendem as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O século XXI começou com esse tema em destaque, no qual muitas empresas passaram a se preocupar com seu entorno e investir na área social. Todavia, perguntamos qual o interesse empresarial? Será que todas as iniciativas empresariais possuem a mesma motivação? Maria das Graças Branco ressalta como pode ser que a lógica empresarial que busca

¹² Antonio da Costa Santos, o Toninho, foi Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, 8 meses após assumir o mandato Toninho morreu de um forma violenta, então a prefeitura de Campinas foi assumida pela Prefeita Izalene Tieni de 2002 a 2004.

¹³ DAGNINO, E. “Sociedade civil e espaços públicos”. Relatório de pesquisa Fundação Ford. Mimeo, 2000. In: GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do instituto Ethos. Pág. 23 In: Vários autores. *Responsabilidade das empresas* – São Paulo: Peirópolis, 2002.

lucro e resultados rápido estaria interessada em investir em um campo no qual os resultados são a longo prazo e ainda inexatos?

Na entrevista da coordenadora da área educacional do CDI é fácil notar a divisão e os tipos de investimentos privados, pois diz existir dois tipos de parceiros, aqueles que fazem a doação e não acompanham o projeto. São simplesmente patrocinadores e não vivenciam as práticas. Dentro deste primeiro exemplo, destaca-se o interesse particular da empresa que não vai muito além do que convencionou-se chamar de “marketing social”, no qual a empresa utiliza-se do projeto social como promoção de sua imagem diante de seus clientes. Prática muito comum segundo a opinião de ONGs e pelo próprio Instituto Robert Bosch, que durante as reuniões utilizadas de análise para esta pesquisa, afirma estar cansado de ver esse tipo de investimento, totalmente descomprometido com a responsabilidade social no conforme conceituado anteriormente.

O outro modelo de investimento empresarial segundo a coordenadora, é aquele no qual as empresas que se envolvem realizam parceria além de patrocínio. Porém, nesse caso as parcerias são mais difíceis e conflitantes, visto que a lógica de pensar a sociedade é diferente entre esses atores, pois a relação com a empresa sempre se dá com um representante desta que normalmente não tem a conscientização necessária para entender os caminhos da educação e transformação social e apenas estão presos a cobrar números de formados e alunos inseridos no mercado de trabalho. Ainda ressalta que quando a empresa tem um setor designado para a área social e contrata alguém que entende, compreende e possa vivenciar os percursos do projeto com todas as dificuldades e obstáculos do dia-a-dia, o trabalho torna-se mais fácil e acredita-se que existe uma preocupação real da empresa com o projeto e não simplesmente a preocupação com a imagem da empresa diante dos seus clientes. Tomando como exemplo a Bosch: “É o caso da Bosch, que indicou uma assistente social para representá-la no projeto. Ela compreende a teoria freireana, mas precisa se relacionar internamente na Bosch com quem não compreende, o que torna o trabalho dela bem difícil”

Além da empresa doar, outro critério importante é saber quais são seus valores éticos, como são as relações cotidianas, formas de contratação, salários, direitos dos funcionários, organização entre outros. Visto que, a empresa que pratica de fato a responsabilidade social está preocupada com a comunidade/sociedade externa e também com a comunidade interna, funcionários e familiares. Por isso, nessa pesquisa fez-se questão de identificar os valores gerais da Bosch que foi a empresa que participou desta investigação.

Segundo Grajew, não se pode confundir a responsabilidade social empresarial com um investimento isolado da empresa. Tais investimentos são louváveis, mas o conceito em questão é muito amplo, e os problemas devem ser tratados em sua “abrangência total”. Com efeito, estamos diante de uma visão bastante diferenciada daquela apontada anteriormente. Há uma contextualização do “investimento social” condicionados a as atividades da empresa como todo.¹⁴

Campinas foi identificada como a cidade com maior número de práticas sociais dos diversos tipos, então é um ótimo cenário de pesquisa para entender e conceituar o Terceiro Setor. Durante a pesquisa, identificou-se que a FEAC é uma organização importante nesse processo na cidade de Campinas, pois acompanhou desde o início as práticas sociais na região, além de ajudar de diversas formas muitas outras organizações da cidade, principalmente em relação ao suporte técnico. Além disso, muitas empresas têm como respaldo ao investir em uma instituição a relação com a FEAC que muitas vezes legitima esta instituição.

Além do nível municipal, a FEAC age em nível federal, no qual é a grande articuladora e gestora do Plano de Metas Todos pela Educação em Campinas, que leva o nome de CCE, Compromisso Campinas pela Educação. Apesar de ser uma atuação influenciada pelo governo federal, ainda não tem muita abrangência, visto que 2008 foram atendidas apenas 6 escolas em toda Campinas e os boletins não informam bem como estão acontecendo as ações nas unidades escolares.

Para conclusão da pesquisa, tem-se como referência a última reunião de integração entre Bosch, CDI, CEDAP e a Escola Estadual Álvaro Cotomacci, na qual os projetos foram bem avaliados pela escola e os participantes disseram serem positivas as inserções e atuações dos dois projetos. O instituto Robert Bosch também diz ter alcançado as metas e parabeniza a escola pela intensa luta para melhorar o espaço escolar em uma região tão difícil e com tanta violência, na qual, os alunos são excluídos de muitos direitos. Neste encontro de avaliação e em outro encontro realizado nas dependências da própria Bosch apenas com as ONGs, volta à discussão sobre o papel do investimento privado no espaço público em especial da escola.

Notou-se que na maioria das falas dos atores existe uma séria preocupação com a transferência de responsabilidade do governo para a sociedade civil. Nessas análises

¹⁴ GRAJEW, O. “negócio e responsabilidade social.” In: ESTEVES, S. (org.) O dragão e a borboleta: Sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi. P., 39.

foi ressaltado pelos participantes que a ajuda das empresa é importante, mas que não é obrigação e que deve-se tomar cuidado com esses investimentos, pois nem todos tem um motivação séria e responsável. A educadora do CEDAP levanta essa postura de maneira forte e diz que o papel da ONG no espaço escolar não é de desresponsabilização do estado, mas que deve servir de critica para que este cumpra seu papel. A coordenadora da área educacional do CDI, também deixa claro em sua entrevista que essas atuações são soluções temporárias e que não se deve tornar uma política o fato das empresas assumirem a responsabilidade do estado. Voltando a classificação que faz Maria da Gloria Gonh, pode-se dizer que o CDI e o CEDAP, são organizações de postura política bem definida buscando um trabalho de luta política por direitos e de participações social em decisões sem querer assumir a responsabilidade do governo e sim o papel de fiscalizar e influenciar nas políticas públicas do município, como as ambas já atuam em Campinas.

O Instituto Robert Bosch durante os quatro anos de atuações com as ONGs sempre foi presente e participativo, sem deixar de cobrar o cumprimento das metas, numero de alunos formados e objetivos escritos nos projetos anuais entregues pelas ONGs que são aprovados pelo instituto. Para 2009 o Instituto Robert Bosch aprovou a continuação dos dois projetos, CDI e CEDAP, na escola EE Álvaro Cotomacci.

6 - Referencias Bibliográficas

ADRIÃO, Teresa. *Parceria entre prefeituras e a esfera privada: Estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo*. Unesp, Rio Claro, 2007.

ALVES, Vicente Rosa. *Estado e ONGs na promoção do desenvolvimento sustentável: uma análise da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e as ONGs na gestão do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)*. Campinas, SP, 2004.

BERTELLI, Luiz Gonzaga. *SEMINÁRIO CIEE- Gazeta Mercantil sobre o 3º Setor*. [Anais] do IV Seminário CIEE-Gazeta Mercantil sobre o 3º Setor: o voluntário no Brasil. São Paulo: CIEE, 2001.

BRANCO, Maria das Graças Fernandes. *Parceria Empresa/Escola: Alternativa para Melhorar a Qualidade de Ensino?* Campinas-SP- Unicamp – 2001.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento social sustentado*. São Paulo. Paz e Terra, 2003.

FERNANDES, Rubem César. *Privado Porém Público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRANCO, Augusto de. A Reforma do Estado e o Terceiro Setor. In: **PEREIRA**, L. C. B. , **WILHEIM**, J. e **SOLA**, L. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo. Editora Unesp; Brasília. NAP, 1999.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FURTADO, Maria Teresa de Moraes Pinto. *Discurso e Práticas: Empresários e Educação nos 90*. Campinas, SP, Unicamp-2002.

GARCIA, Bruno Gaspar. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do instituto Ethos. In: Vários autores. *Responsabilidade das empresas – São Paulo: Peirópolis, 2002*.

GONH, Maria da Glória Marcondes. *Os Sem Terras, ONGs e Cidadania: A sociedade civil brasileira na globalização*. 3ª Edição – São Paulo: Cortez, 2003.

HELOANI, Roberto. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado*. São Paulo, Atlas, 2007

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *A Iniciativa Privada e o Espírito Público - Resultados Nacionais*. Ipea, 2001 - <http://www.ipea.gov.br/asocial/>

MARTINS, José Pedro Soares. *FEAC, Biografia de um pacto social, 40 anos de integração, apoio e solidariedade*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

__ *Vocação Solidária - Flashes da história da Assistência Social em Campinas*. Campinas, SP: Print Shop 1998.

OLIVEIRA, Herbert Lopes de. *As atuações do estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica Sócio Espacial da Favela de Paraisópolis, em São Paulo*. Campinas, SP : [s.n.], 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. e **GRAU**, Nuria Cunnil. *Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal* In *O público não-estatal na reforma do estado*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

PERONI, Vera. e **ADRIÃO**, Teresa . (org.). *O Público e o Privado na Educação: Interfaces entre Estado e Sociedade*. São Paulo: Editora Xamã, 2005

SILVA, Roberto. *O ECA para leigos e para quem acha que conhece*. 2008. Material utilizado no ENCONTRO COM EDUCADORES: "Construindo Novos Olhares para Adolescência. Teatro Culto à Ciência. 10 de outubro de 2008. Organizado pelo CMDCA de Campinas-SP.

SOUZA, Hebert de. *As ONGs na Década de 90*. In: *Gonçalves, Hebe Signoorini (orgs). Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. RJ: IBASE – PNUD, 1992.

SZAZI, Eduardo. *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*. 3ª Edição – São Paulo: Peirópolis, 2003.

GENRO, Tarso. Reforma do Estado e democratização do poder local. In: **VILLAS BOAS**, R. e **TELLES**, V. (orgs.). Poder local, participação popular e construção da cidadania. Revista do Fórum Nacional da Participação Popular

Sites consultados:

www.amigosdaescola.globo.com/
www.balancosocial.org.br
www.campinas.sp.gov.br/chamadas/assistencia_social/index.htm
www.cdicampinas.org.br
www.cedap.org.br
www.educar.com.br
www.ethos.org.br
www.feac.org.br
www.fiesp.com.br/comite/cores/resp_social.aspx
www.geac-campinas.org.br
www.gife.org.br
www.institutorobertobosch.org.br
www.ipea.gov.br/asocial/
www.todospelaeducacao.org.br/
www.wikipedia.org